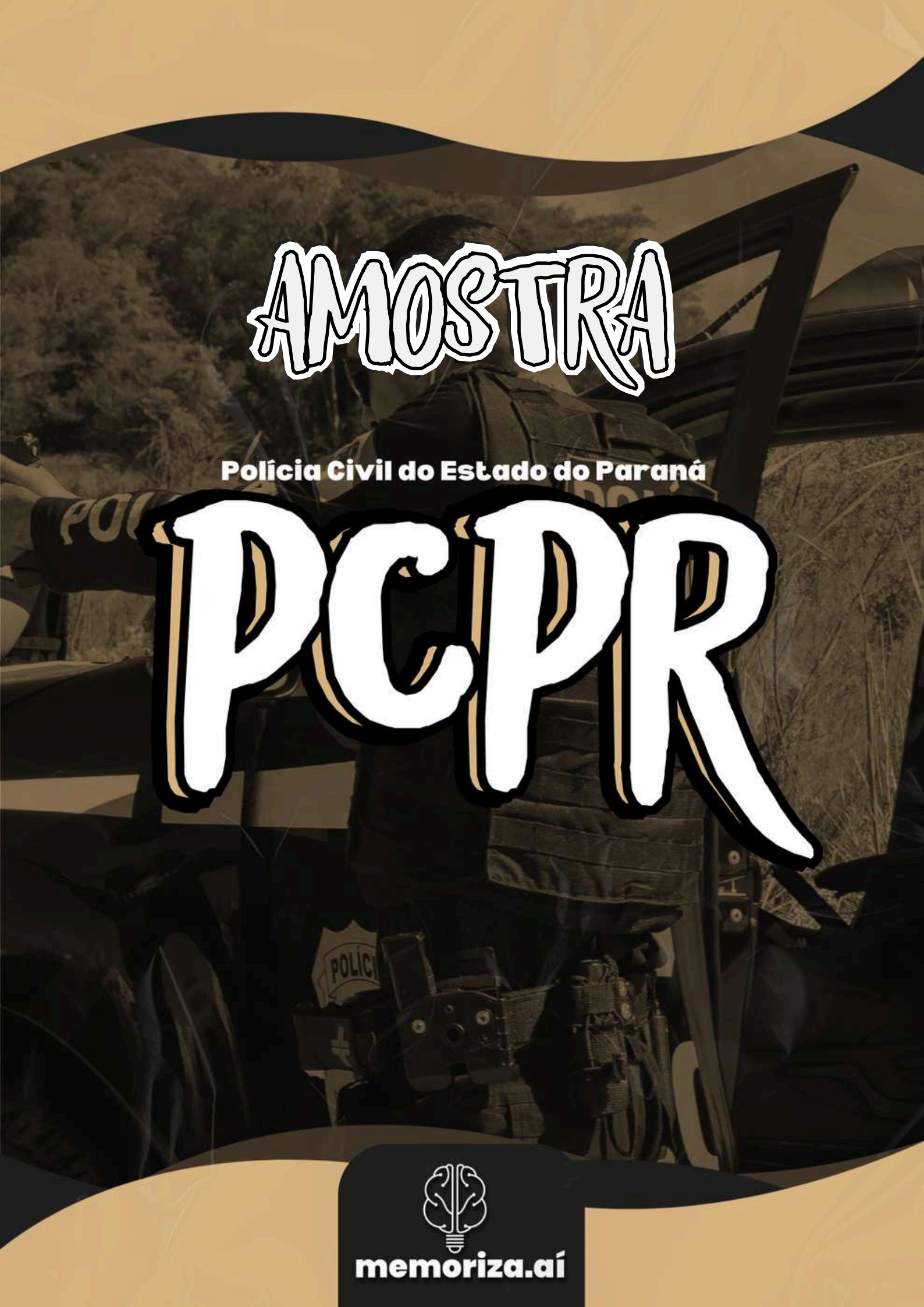




AMOSTRA

Polícia Civil do Estado do Paraná

PCPR



memoriza.ai

FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA PC/PR!

Seja muito bem - vindo!

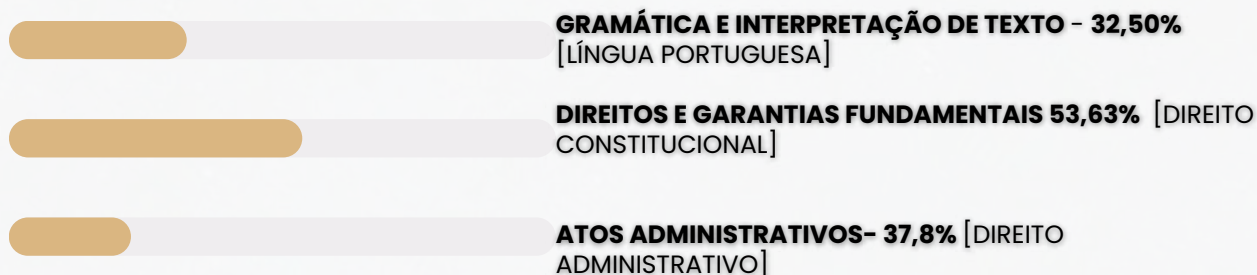
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS

ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSEH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como



clique aqui para conhecer o material completo

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:



DELEGADO (CLIQUE PARA ACESSAR)

- Direito Penal
- Direito Processual Penal
- Legislação Penal e Processual Penal Extravagante
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo e Gestão Pública
- Legislação Estadual e Institucional
- Direitos Humanos
- Ciências Forenses

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA AGENTE (CLIQUE PARA ACESSAR)

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do PR
- Tecnologia e Sistemas de Informação e de Comunicação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais
- Ciências Forenses
- Contabilidade Geral
- Estatística
- Legislação Estadual e Institucional
- Direito Penal (incluindo Legislação Penal Extravagante)
- Direito Processual Penal (incluindo Legislação Processual Penal Extravagante)
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Direitos Humanos



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA PAPILOSCOPISTA (CLIQUE PARA ACESSAR)

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico-Matemático
- Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do PR
- Tecnologia e Sistemas de Informação e de Comunicação, Segurança Cibernética e Crimes Digitais
- Ciências Forenses
- Biologia
- Química
- Física
- Legislação Estadual e Institucional
- Direito Penal Aplicado
- Direito Processual Penal
- Direito Administrativo
- Direito Constitucional
- Direitos Humanos

VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA PONTUAÇÃO NESTA RETA FINAL!



DELEGADO

memoriza.ai

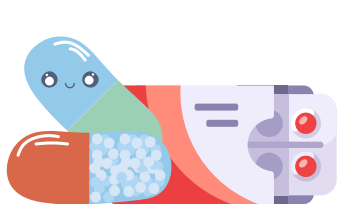
DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS – PARTE VI

LXXII – conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

Previsão constitucional: Art. 5º, LXXII, CF.



HABEAS DATA

"Remédio constitucional" cujo objetivo é **assegurar o direito à informação e à intimidade**.

Ação **gratuita**. No entanto, **é imprescindível** a assistência advocatícia para que essa ação seja impetrada.



O habeas data pode ser usado para **obter dados** em bancos de dados públicos, como a Receita Federal, ou privados, mas de caráter público, como os de serviços de proteção ao crédito – popularmente conhecidos como SPC – ou os cadastros de consumidores.

Permite que o cidadão em questão, identificado legalmente como impetrante, **tenha acesso às informações contidas nos bancos de dados governamentais** em seu nome, bem como **solicitar que essas informações sejam corrigidas ou retificadas**.

Não se esqueça!

Qualquer indivíduo, seja pessoa física ou jurídica, de nacionalidade brasileira ou estrangeira, **tem o direito de entrar com um habeas data**. Este é um tipo de ação estritamente pessoal, que **não pode ser utilizada para obter acesso a informações pertencentes a terceiros**.



DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE IV

ALÍNEA "B"

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Previsão constitucional: Art. 12º, I, CF.

Vamos entender isso?

Na alínea "b" da Constituição, é estipulado que **indivíduos nascidos fora do Brasil podem ser considerados brasileiros natos** se tiverem um pai ou mãe brasileiros, desde que pelo menos um deles esteja trabalhando para a República Federativa do Brasil.

É importante destacar que o legislador constituinte optou por usar o princípio do "**jus sanguinis**" aqui, a **obtenção da nacionalidade** segundo essa regra demanda o **cumprimento simultâneo de dois critérios**:



Ser **descendente** de um **pai brasileiro** ou uma **mãe brasileira**, ou de ambos.



Pelo menos **um dos pais**, ou ambos, **devem estar prestando serviços para o Brasil** no exterior.

curiosidade!

Q "jus sanguinis" X



jus sanguinis deriva do latim e significa "direito de sangue". Garante ao indivíduo o direito à cidadania de um país por meio de sua ascendência.

Q "jus solis" X



jus solis: deriva do latim e significa "direito de solo". Garante ao indivíduo o direito à nacionalidade do lugar onde nasceu.



DICA

DIREITOS POLÍTICOS – PARTE VII

CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

A **capacidade eleitoral passiva** refere-se ao **direito de ser votado e ser elegível para cargos públicos**. Para que um indivíduo possa **adquirir a capacidade eleitoral passiva**, é **necessário que ele atenda aos requisitos estipulados pela Constituição** para a elegibilidade, além de **não se enquadrar em nenhuma das circunstâncias de inelegibilidade**, que são situações que impedem o exercício da capacidade eleitoral passiva.

Vamos ver quais são os requisitos de elegibilidade?

SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Esses incisos costumam ser cobrados em sua literalidade. Memorize-o!

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:

35

TRINTA E CINCO ANOS

para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

30

TRINTA ANOS

para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

21

VINTE E UM ANOS

Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice Prefeito e juiz de paz;

18

DEZOITO ANOS

para Vereador.

Previsão constitucional: Art.14, §3º, CF.

LEMBRE-SE!



A elegibilidade **somente será possível pelo cumprimento cumulativo de todos os requisitos** acima relacionados.



DICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;



exemplos de **autarquias**

BANCO CENTRAL, INSS, INCRA

regime jurídico
de contratação é **estatutário**

AUTARQUIAS

Você sabe o que é?

A criação de autarquias deve ocorrer **mediante a promulgação de uma legislação dedicada**, uma vez que tais organizações **constituem pessoas jurídicas de direito público, sem fins lucrativos** e se dedicam à execução de funções próprias do Estado.

Lembre-se elas não tem poder legislativo.



exemplos de **fundações públicas**

FUNAI, FUNASA, HEMOCENTRO

regime jurídico
de contratação é **estatutário**

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Você sabe o que é?

As fundações públicas podem ser **estabelecidas por meio de lei ou receber a autorização legal para sua formação**. Quando criadas diretamente por lei, adquirem a natureza jurídica de entidades públicas, assemelhando-se a autarquias (sendo então chamadas de fundações autárquicas).

Quando autorizada sua criação por lei, **assumem a natureza jurídica de entidades privadas de direito público**. Independentemente do cenário, a definição dos campos em que essas fundações atuarão é uma responsabilidade reservada à legislação complementar. Exercem atividades de interesse social, tais como: educação, cultura e também não pode ter fins lucrativos.



DICA

APLICABILIDADE CONSTITUCIONAL III

APLICABILIDADE DAS
NORMAS CONSTITUCIONAIS

normas de eficácia limitada

sua aplicabilidade é **indireta, mediata e reduzida**.



Por fim, as **normas constitucionais de eficácia limitada** referem-se àquelas que necessitam de regulamentação infraconstitucional para produção de seus efeitos.



Ou seja, o **texto constitucional** mostra-se incapaz de, isoladamente, produzir todas as consequências necessárias à concretização do direito.

características

NÃO-AUTOAPLICAVEIS

A não-autoaplicabilidade se refere à **necessidade de suplementação legislativa** para que os efeitos do texto constitucional se manifestem plenamente.

APLICABILIDADE INDIRETA, MEDIATA E REDUZIDA

No que diz respeito à **aplicabilidade indireta**, isso envolve a **necessidade de uma lei regulamentadora** para dar eficácia aos efeitos pretendidos pelo texto constitucional.

A **aplicabilidade mediata**, por sua vez, ocorre quando o **texto constitucional**, por si só, **não é suficiente para produzir os efeitos desejados pelo legislador**.

Por fim, no contexto da **aplicabilidade reduzida**, é importante ressaltar que essas normas **possuem um grau limitado de eficácia** logo após a promulgação da Constituição de 1988.



mnemônico

PINGA COM LIMÃO

EFICÁCIA PLENA
EFICÁCIA CONTIDA
EFICÁCIA LIMITADA



DICA

ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a natureza e os efeitos jurídicos** desses atos.

4

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.

mnemônico
PATI

Presunção de Legitimidade
Autoexecutoriedade
Tipicidade
Imperatividade



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.

DICA

AGENTES PÚBLICOS III



Agentes Políticos

exercem funções políticas e de alta direção.

Dentro do âmbito do Poder Executivo, os agentes políticos referem-se aos indivíduos que ocupam os cargos de mais alta hierarquia na administração pública. Isso inclui os líderes do Poder Executivo, como o Presidente, Governador e Prefeito, assim como seus Ministros e Secretários Estaduais e Municipais. Houve um período de incerteza quanto à inclusão dos Magistrados na categoria dos agentes políticos.



Recurso Especial 228.977, STF.

Os magistrados enquadram-se na espécie agente político, investidos para o exercício de atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções, com prerrogativas próprias e legislação específica.

e quanto aos membros dos Tribunais de Contas e os membros do Ministério Público?



No contexto dos membros dos Tribunais de Contas, surge uma situação notável: a **doutrina os categoriza como agentes políticos**, enquanto **o STF adota uma perspectiva contrária, considerando-os como agentes administrativos**.



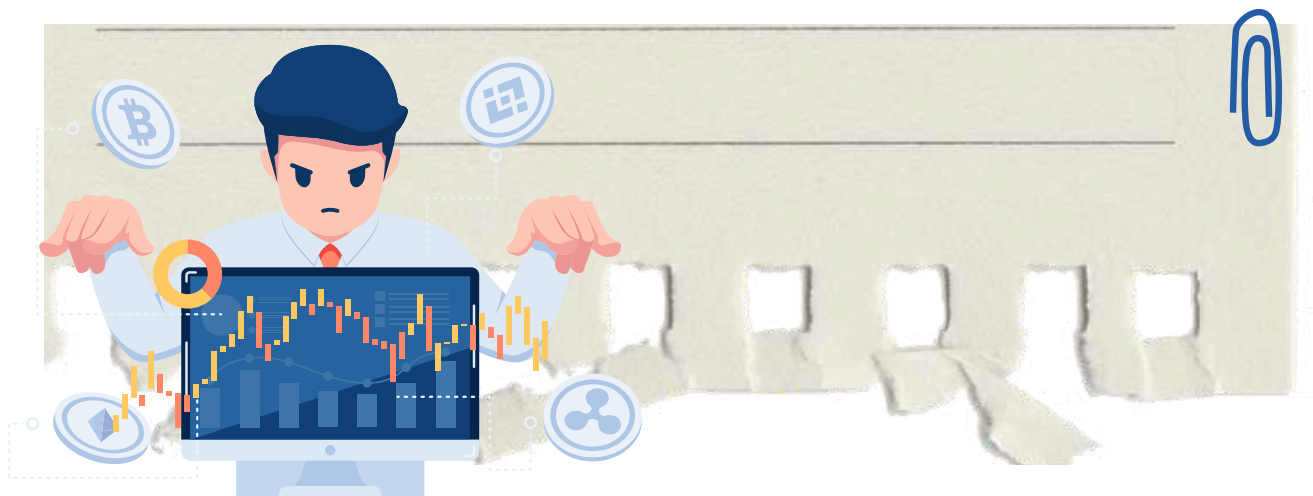
dicas

Se a questão da sua prova requer a classificação dos membros dos Tribunais de Contas com base no entendimento do STF, a resposta inequívoca é que eles são claramente considerados agentes administrativos.



DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.



DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO



A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

5 Contratações internas e institucionais:

- Compra de bens/serviços de órgãos públicos criados para esse fim 🏛️
- Intervenção no domínio econômico 💰
- Contrato de programa com ente federativo 🤝
- Transferência de tecnologia para produtos estratégicos do SUS 🏥
- Profissional técnico para comissão avaliadora 🧠
- Associação sem fins lucrativos de pessoas com deficiência ♿
- Instituição brasileira sem fins lucrativos para ensino, pesquisa e inovação 🎓
- Fundação que produz insumos estratégicos para saúde 💉
- Entidade sem fins lucrativos para cisternas e acesso à água 💧
- Entidade sem fins lucrativos para Cozinha Solidária 🍲



DETALHES IMPORTANTES

- **Valores** → somatório anual por unidade gestora e por objeto semelhante.
- **Consórcios públicos/agências executivas** → limites dobrados.

http://



Preferência: publicar aviso no site oficial por mín. 3 dias úteis para receber propostas.

Preferência: pagamento via cartão de pagamento (extrato no PNCP).



OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA P&D → SEGUEM REGULAMENTO ESPECIAL.

Emergência = manter serviço público + seguir valores de mercado.



DICA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA II

SANÇÕES



As sanções constitucionalmente previstas para casos de improbidade administrativa estão dispostas no artigo 37, parágrafo 4º, da Constituição Federal do Brasil.

Essas sanções incluem:

-  **Perda da função pública:** O agente público condenado por improbidade administrativa **pode ser afastado do cargo, emprego ou função pública que esteja exercendo, além de ficar proibido de assumir cargos públicos** futuramente.
-  **Indisponibilidade dos bens:** A indisponibilidade dos bens significa que **os bens do agente podem ser bloqueados ou indisponibilizados, impedindo sua venda, transferência ou alienação** de forma a assegurar que, caso a condenação seja confirmada, os recursos estejam disponíveis para ressarcir o dano causado ao erário.
-  **Ressarcimento ao erário:** O agente público ou particular responsável pela improbidade administrativa **é obrigado a reparar integralmente o dano causado aos cofres públicos ou ao patrimônio do Estado.**
-  **Suspensão dos direitos políticos:** A suspensão dos direitos políticos **implica na privação temporária do direito de votar e ser votado em eleições.** O período de suspensão varia de acordo com a gravidade da conduta.

mnemônico
PIRS

Perda da função pública;
Indisponibilidade dos bens;
Ressarcimento ao erário;
Suspensão dos direitos políticos;



DICA

PRINCÍPIOS E VALORES ÉTICOS NO SERVIÇO PÚBLICO II

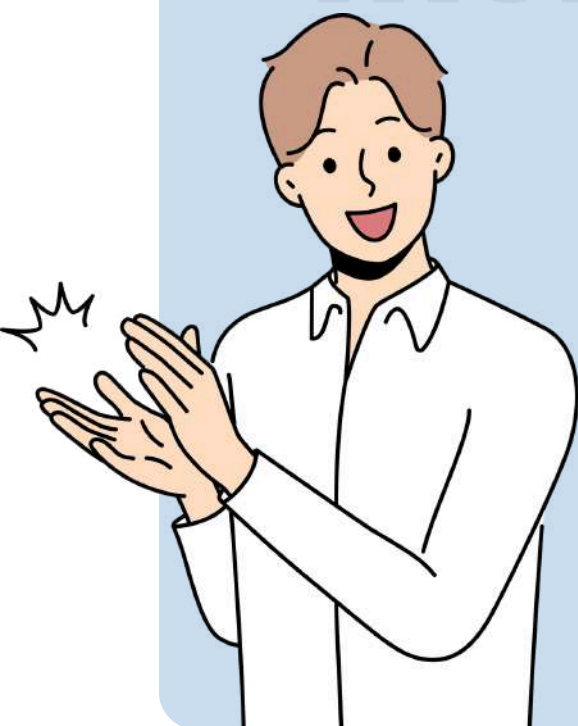
ÉTICA EMPRESARIAL E PROFISSIONAL



→ A ética profissional é um **conjunto de princípios e valores morais que orientam o comportamento dos indivíduos no exercício de suas atividades profissionais.**

→ Esses princípios visam **garantir** a integridade, responsabilidade, honestidade e respeito nas relações entre profissionais, clientes, colegas e a sociedade como um todo.

Diogo Leite de Campos destaca que a **ética nos negócios é ter empatia pelo outro**, essencial para a humanização do eu, sendo uma atividade voltada para o próximo.



- **Deveres e Responsabilidades:** Profissionais devem cumprir deveres e responsabilidades específicas estabelecidas por códigos de ética, regulamentos ou legislação.
- **Honestidade e Integridade:** Agir com transparência, honestidade e integridade em interações profissionais é essencial para manter a confiança do público.
- **Confidencialidade:** Respeitar a confidencialidade das informações dos clientes é crucial para construir e manter a confiança nas relações profissionais.
- **Competência Profissional:** Profissionais éticos buscam constantemente aprimorar suas habilidades para oferecer serviços de alta qualidade.
- **Respeito à Diversidade:** Ética profissional inclui respeitar a diversidade de perspectivas, culturas e indivíduos, evitando discriminação.
- **Responsabilidade Social:** Considerar o impacto das ações na sociedade e no ambiente, contribuindo positivamente para o bem-estar da comunidade e do planeta.

DICA

GOVERNANÇA PÚBLICA E SISTEMAS DE GOVERNANÇA IV

TEORIAS DA GOVERNANÇA



Essas teorias oferecem **diferentes perspectivas e abordagens para compreender e analisar as dinâmicas organizacionais**, contribuindo para a formulação de estratégias eficazes e o entendimento das relações entre os diversos agentes econômicos envolvidos.

TEORIA DA AGÊNCIA:

- **Definição:** Oferece insights sobre as relações complexas nas organizações, destacando os diferentes atores envolvidos.
- **Contribuição:** Ajuda a desenvolver estratégias para mitigar riscos e maximizar a eficiência nas relações organizacionais.

TEORIA DA FIRMA:

- **Pressuposto:** Assume que a empresa tem um proprietário-administrador, ou seja, a mesma pessoa é proprietária e administradora.
- **Enfoque:** Explora as dinâmicas entre a propriedade e a gestão dentro da organização.

TEORIA CONTRATUAL:

- **Perspectiva:** Considera a empresa como um conjunto de contratos, intermediando as relações entre diferentes agentes econômicos.
- **Ênfase:** Destaca que cada relação da empresa envolve contratos específicos, como com investidores, credores e clientes.

TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE RECURSOS:

- **Abordagem:** Entende que as organizações podem se relacionar de maneira cooperativa, não apenas competitiva.
- **Possibilidade:** Permite que as empresas cooperem para combinar recursos, reduzindo a dependência de recursos escassos.



DICA

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS III

SANÇÕES NA LGPD



Conforme disposto no Artigo 52, a aplicação dessas sanções é **discricionária**, levando-se em consideração a **gravidade da infração**, e é realizada pela **agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**.

As **sanções previstas** são as seguintes:

- Advertência.
- Multa simples, que pode chegar a até **2% do faturamento da empresa**, limitada a R\$50.000.000,00 por infração.
- Multa diária, também **limitada** a R\$50.000.000,00.
- **Publicitação** da infração.
- **Bloqueio** dos **dados pessoais**.
- **Eliminação** dos dados pessoais.

X - **Suspensão parcial** do funcionamento do banco de dados por 6 meses.

XI - **Suspensão do tratamento de dados pessoais** por 6 meses.

XII - **Proibição parcial ou total** de efetuar tratamento dos dados.

AS SANÇÕES SERÃO IMPOSTAS APÓS UM **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** QUE PERMITA A OPORTUNIDADE DE AMPLA DEFESA, DE MANEIRA GRADUAL, ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE.



§ 6º As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas:

- I. Somente após ao menos uma das sanções mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo ter sido **imposta** para o **mesmo caso concreto**;
- II. Em caso de **controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias**, sendo necessária a audição desses órgãos.

§ 7º Os vazamentos individuais ou acessos **não autorizados** mencionados no caput do art. 46 desta Lei podem ser **objeto de conciliação direta entre o controlador e o titular dos dados**.

CASO **NÃO HAJA ACORDO**, O CONTROLADOR ESTARÁ **SUJEITO À APLICAÇÃO DAS PENALIDADES** DESCRITAS NESTE ARTIGO.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

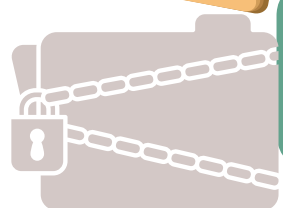
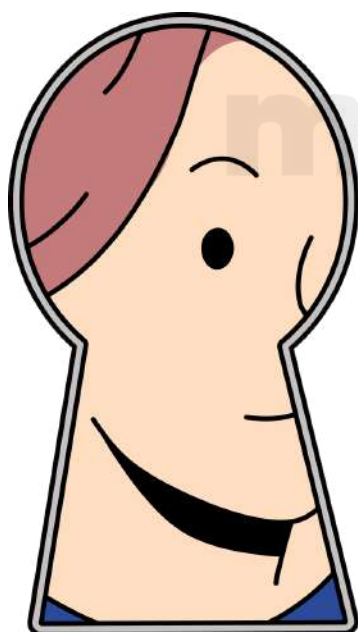
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto**, **secreto**, **reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA

CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL,

CARGO PÚBLICO, CARGO EFETIVO, CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO GRATIFICADA

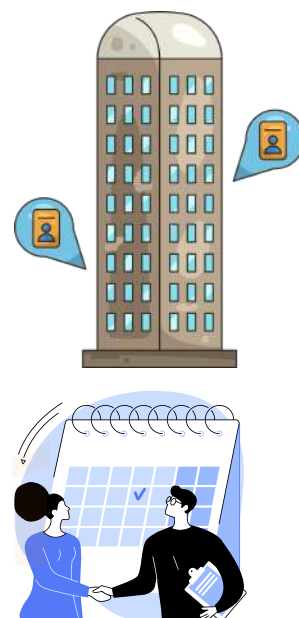
O QUE PRECISAMOS SABER?

Funcionário público estadual é a pessoa legalmente investida em cargo público, regido pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Poder Executivo do Estado do Paraná.

CONCEITO DE CARGO PÚBLICO

É **regra** que cargo público seja o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura administrativa estadual. Constitui condição específica sua criação por lei, com denominação própria e número certo. O cargo deve corresponder a funções permanentes do serviço público estadual.

É **regra** que o cargo efetivo seja provido mediante aprovação prévia em concurso público. Constitui **condição específica** a nomeação formal e posterior posse no prazo legal estabelecido no Estatuto. O exercício depende de investidura regular e cumprimento das exigências legais.



CARGO EM COMISSÃO

É **regra** que o cargo em comissão se destine a atribuições de direção, chefia ou assessoramento. Constitui **exceção** à exigência de concurso público, sendo de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente. Sua natureza é transitória e vinculada à confiança da autoridade nomeante.

É **regra** que a função gratificada seja atribuída exclusivamente a funcionário ocupante de cargo efetivo. Constitui **condição específica** o exercício de encargos de chefia, direção ou assessoramento sem criação de novo cargo. A designação e dispensa ocorrem por ato da autoridade competente, não gerando novo vínculo funcional.



DICA PROMOÇÃO

POR ANTIGUIDADE E MERCIMENTO



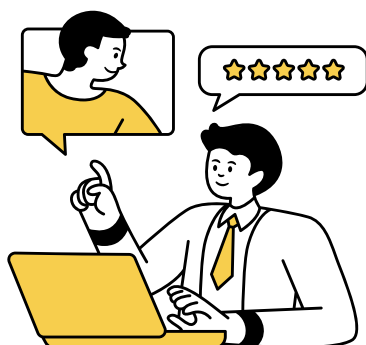
O QUE PRECISAMOS SABER?

A promoção é forma de provimento derivado que implica elevação do servidor na carreira, observados os critérios legais de antiguidade e merecimento.

PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE

É **regra** que a promoção por antiguidade observe a ordem de classificação do servidor na classe. Constitui **condição específica** a existência de vaga na classe superior. A aferição da antiguidade considera o tempo de efetivo exercício na classe.

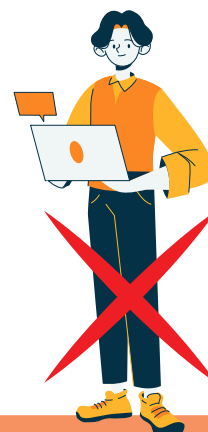
É **regra** que a promoção por merecimento dependa de avaliação de desempenho funcional. Constitui **condição específica** a apuração objetiva de critérios como eficiência, disciplina e assiduidade. A classificação deve resultar de procedimento formal estabelecido pela Administração.



ALTERNÂNCIA DOS CRITÉRIOS

É **regra** que as promoções ocorram alternadamente pelos critérios de antiguidade e merecimento, quando assim previsto na estrutura da carreira. Constitui **condição específica** a observância da proporcionalidade fixada na legislação. A inobservância do critério legal compromete a validade do ato promocional.

É **regra** que a promoção produza efeitos funcionais e remuneratórios a partir do ato formal de sua concessão. Constitui **condição específica** a publicação oficial do ato administrativo correspondente. A promoção indevida poderá ser anulada, assegurado o devido processo legal.



DICA

LEI 14.735/2023 (LEI ORGÂNICA NACIONAL DAS
POLÍCIAS CIVIS)

PRINCÍPIOS, DIRETRIZES NACIONAIS, AUTONOMIA, ORGANIZAÇÃO E GARANTIAS INSTITUCIONAIS

O QUE PRECISAMOS SABER?

A Lei 14.735/2023 estabelece a Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis, criando diretrizes uniformes para organização, carreira e atuação das polícias civis em todo o país. Ela busca **padronizar princípios, fortalecer garantias institucionais e promover maior autonomia e eficiência**.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ATUAÇÃO POLICIAL

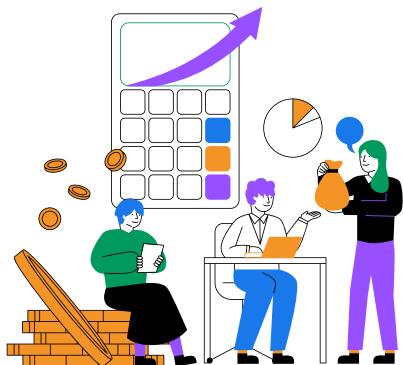
A lei define princípios como **legalidade, eficiência, transparência, respeito aos direitos humanos e autonomia técnico-científica**. Esses elementos orientam a atividade policial e garantem atuação moderna e alinhada às demandas sociais.

O texto estabelece parâmetros mínimos para **estrutura organizacional, cargos, funções e gestão da Polícia Civil**. Essas diretrizes asseguram uniformidade entre estados e fortalecem a identidade institucional em âmbito nacional.



REGRAS SOBRE AUTONOMIA INSTITUCIONAL

A norma reforça a **autonomia administrativa, financeira e técnico-operacional** das Polícias Civis. Esse reconhecimento permite maior independência na execução das atividades e reduz interferências externas indevidas.



A lei consolida garantias relacionadas à **carreira, à proteção funcional e ao exercício da atividade investigativa**. Essas proteções visam preservar a integridade institucional, assegurar condições dignas de trabalho e fortalecer a segurança jurídica do servidor.



DICA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

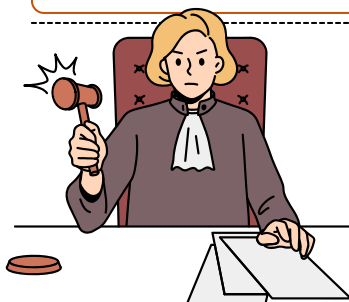
INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS



A institucionalização dos direitos e garantias fundamentais é o processo que transforma princípios essenciais, como a **dignidade humana**, em **normas protegidas** e aplicadas no sistema jurídico de um país. Isso garante que esses **direitos** sejam **reconhecidos**, **respeitados** e **aplicados** de forma eficaz.

Como Funciona a Institucionalização?

- 📖 **CONSTITUIÇÃO E DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS:** A BASE DE TUDO! NO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, CHAMADA DE "CONSTITUIÇÃO CIDADÃ", GARANTE DIREITOS FUNDAMENTAIS.
- ⚖️ **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:** LEIS COMPLEMENTARES DETALHAM OS DIREITOS PREVISTOS, COMO OS CÓDIGOS CIVIL, PENAL E TRABALHISTA.
- 🏛️ **ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO:** INSTITUIÇÕES COMO:
 - PODER JUDICIÁRIO** 🧑: JULGA E ASSEGURA OS DIREITOS.
 - MINISTÉRIO PÚBLICO** 🧑: FISCALIZA E PROTEGE OS INTERESSES DA SOCIEDADE.
 - DEFENSORIA PÚBLICA** 🧑: AJUDA QUEM NÃO PODE PAGAR POR ADVOGADOS.
- 🔧 **MECANISMOS DE APLICAÇÃO:** FERRAMENTAS COMO POLÍTICAS PÚBLICAS, ACESSO À JUSTIÇA E AÇÕES JUDICIAIS GARANTEM QUE ESSES DIREITOS SAIAM DO PAPEL.
- 📚 **EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO:** ENSINAR A POPULAÇÃO SOBRE SEUS DIREITOS É ESSENCIAL PARA FORTALECÊ-LOS.
- 🌐 **MONITORAMENTO INTERNACIONAL:** ORGANISMOS COMO A ONU E A OEA ACOMPANHAM E FISCALIZAM O CUMPRIMENTO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.



A Constituição de 1988 foi um marco! Além disso, **tratados internacionais de direitos humanos** têm:

- **Status Supralegal** (acima das leis comuns, mas **abaixo da Constituição**).
- **Status Constitucional** (quando **aprovados com quórum qualificado**, como uma emenda constitucional).

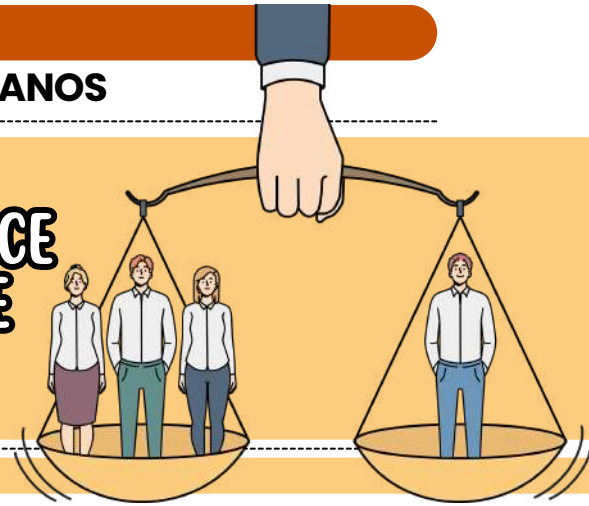


O **Supremo Tribunal Federal (STF)** define que **tratados de direitos humanos**, mesmo **supralegais**, respeitam a soberania da Constituição Federal 📖, que é a norma máxima no Brasil.

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

ESTRUTURA, OBJETIVOS E ALCANCE DA CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS



A Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como **Pacto de São José da Costa Rica**, é um **tratado internacional de direitos humanos** adotado no âmbito da **Organização dos Estados Americanos (OEA)**.

NATUREZA JURÍDICA DA CADH

- ✓ É **tratado internacional** vinculante
- ✓ Gera **obrigações jurídicas** aos Estados que a ratificaram
- ✓ Possui **hierarquia suprallegal** no **ordenamento brasileiro** (entendimento do STF)

⚠ A BANCA COSTUMA COBRAR ESSA **DIFERENÇA** EM RELAÇÃO À DUDH.



🎯 **Objetivos da CADH**

A Convenção tem como finalidade:

- ✓ Proteger os direitos humanos no **continente americano**
- ✓ Fortalecer a **democracia**
- ✓ Criar **mecanismos internacionais** de **fiscalização**
- ✓ **Responsabilizar Estados** por **violações** de direitos humanos

⚠ **ATENÇÃO: NÃO SE LIMITA A DECLARAR DIREITOS: CRIA MECANISMOS DE CONTROLE.**



✚ **ESTRUTURA DA CADH**

A CADH é organizada em partes que tratam de:

- Direitos e deveres protegidos
- Garantias judiciais
- Suspensão de garantias
- Meios de proteção (Comissão e Corte)

⚠ **ATENÇÃO: A BANCA COSTUMA COBRAR A ESTRUTURA LÓGICA DO TRATADO.**

ALCANCE DA CADH

- ✓ Aplica-se aos Estados que a ratificaram
- ✓ Protege todas as pessoas sob jurisdição do Estado, não apenas nacionais

PEGADINHA: ESTRANGEIROS TAMBÉM SÃO PROTEGIDOS ✓

DICA

DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E GRUPOS VULNERÁVEIS

MINORIAS SOCIAIS

Minorias sociais são grupos de pessoas que enfrentam **desvantagens** ou **discriminação** devido a características como **raça, etnia, religião, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade, deficiência, status socioeconômico** ou qualquer outra característica que as coloque em uma posição de marginalização em relação à maioria da população.

No Brasil, algumas das principais minorias são:



PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA



LGBTQIAP+



PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



NEGROS

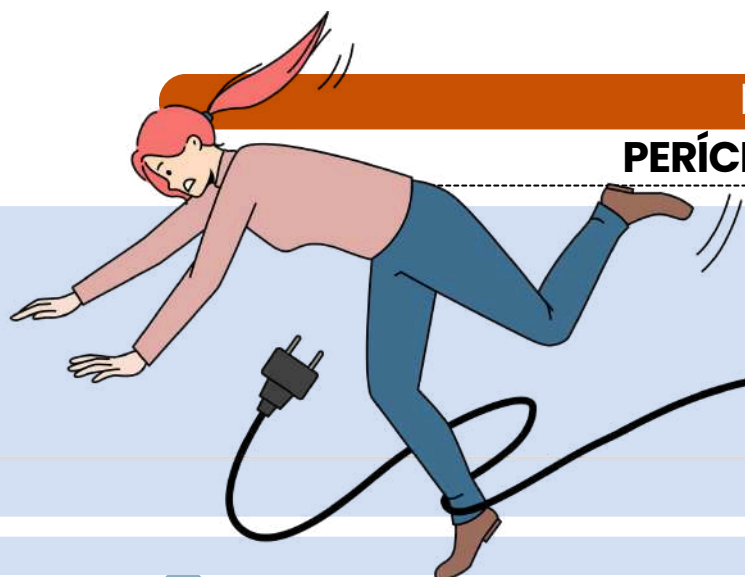


INDÍGENAS



PESSOAS IDOSAS

Esses grupos muitas vezes têm menos acesso a **recursos, oportunidades e direitos**, e enfrentam obstáculos adicionais em suas vidas cotidianas devido à **discriminação e estigma social**.



DICA

PERÍCIA E PERITO

LESÕES CAUSADAS POR ENERGIA MECÂNICA III

4 Instrumento Contundente

✚ LESÕES CONTUNDENTES

- **Característica:** Resultado de impacto direto, esmagamento ou compressão.
- **Exemplos:** Taco de beisebol, tijolo, pedra.
- Podem variar de:
 - **Contusões simples** (hematomas leves)
 - Até **fraturas ósseas** ou **lesões internas graves**.

TIPOS DE LESÕES EM RAZÃO DA GRAVIDADE

1 Rubefação

Vermelhidão da pele, causada pelo **aumento do fluxo sanguíneo** para a área afetada.

Causa: Resposta natural do corpo a irritações ou lesões leves.



2 Edema

Inchaço de uma parte do corpo devido ao **acúmulo anormal de líquido** nos tecidos.

Causa: Lesões, inflamação ou outras condições médicas.

3 Escoriação

Lesão superficial na pele, geralmente causada por atrito ou raspagem da camada superior da pele.

Causa: Ferimentos menores, sem sangramento profundo.

4 Equimose

Manchas **roxas** ou **azuladas** na pele, resultantes do **rompimento de pequenos vasos sanguíneos**.

Causa: Golpe ou trauma.



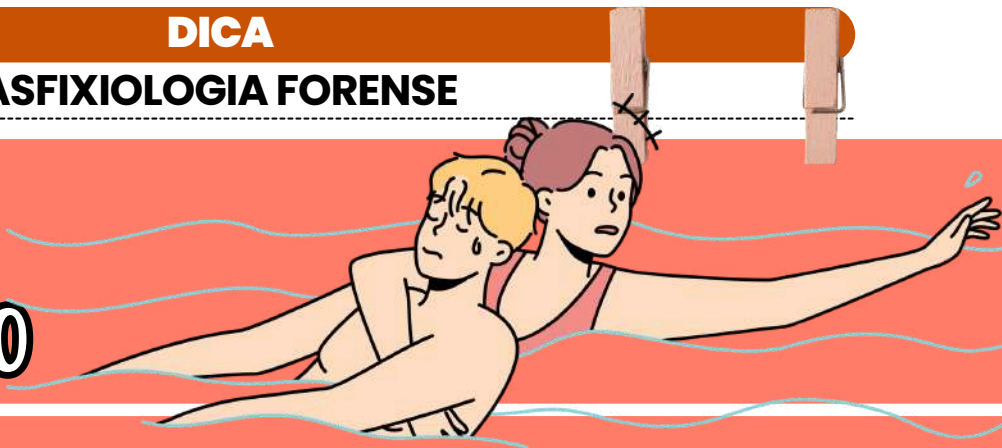
Espectro de Legrand de Saulle



DICA

ASFIXIOLOGIA FORENSE

FASES DO AFOGAMENTO



Importante! Roberto Blanco aponta que, no caso de **afofamento em água doce**, a principal causa de morte é a **fibrilação cardíaca**. Por outro lado, em **afofamento em água salgada**, a morte é geralmente provocada pela **asfixia mecânica**.

Para diferenciar entre esses dois tipos de afofamento, utiliza-se um método conhecido como **crioscopia** (ou **método de Carrara**), que analisa o **ponto de congelamento do sangue**.

- **Água Doce:** A **hemólise** (ruptura das células vermelhas do sangue) é **mais intensa**, liberando grandes quantidades de potássio, o que pode levar à fibrilação cardíaca.
- **Água Salgada:** A **primeira área do coração a congelar é o átrio direito**, devido à **menor concentração de água salgada**. O átrio esquerdo, com mais sangue diluído, congela a uma **temperatura mais baixa**.



FASES DO AFOGAMENTO E SEUS EFEITOS NO CORPO:

Defesa:

- **Surpresa ou Inspiração Inicial:** A vítima tenta respirar, mas a água entra nos pulmões.
- **Dispneia de Submersão:** Dificuldade extrema para respirar, com sensação de sufocamento.

Resistência:

- **Apneia:** A vítima tenta evitar a respiração, mas não consegue mais manter a oxigenação.
- **Inspiração Profunda:** A tentativa desesperada de inspirar ar pode fazer a água entrar ainda mais nos pulmões.

Exaustão:

- **Perda da Consciência:** A vítima perde a consciência devido à falta de oxigênio.
- **Insensibilidade:** O corpo começa a não responder aos estímulos externos.
- **Convulsão:** Pode ocorrer uma reação involuntária do corpo devido à falta de oxigênio.
- **Morte:** Se não houver intervenção rápida, a vítima sucumbirá ao afofamento.

CRIME SCENE - DO NOT CROSS - CRIME SCENE - DO NOT CROSS

Notificações

Comunicações compulsórias feitas pelos **médicos** às autoridades competentes, por **necessidade social ou sanitária**, como acidentes de trabalho e doenças infecto- contagiosas.

Atestados

Objetiva firmar a **veracidade** de um **fato** ou a **existência** de determinado estado, ocorrência ou obrigação. Declaração pura e simples, por escrito de um **fato médico e suas possíveis consequências**.

DOCUMENTOS

médico-legais

Relatórios

É a **descrição mais minuciosa de uma perícia médica** a fim de responder à solicitação da autoridade policial ou judiciária frente ao inquérito. Narração escrita e minuciosa de todas as operações de uma perícia médica. Se é realizado pelos peritos **após a sua investigação** contando com a ajuda de outros recursos é chamado de laudo, quando é ditado diretamente ao escrivão é chamado de Auto.

Parecer

Definição do valor científico é determinado fato, dentro da mais **exigente e criteriosa técnica médico legal**. É constituído de **todas as partes do relatório**, com **exceção da descrição**. A discussão e a conclusão passam a ser os pontos de maior relevo desse documento.

CRIME SCENE - DO NOT CROSS - CRIME SCENE - DO NOT CROSS

DICA

CRIMINOLOGIA

CONCEITO, OBJETO, MÉTODO E FINALIDADE II



Para entender criminologia, precisamos mergulhar nos seus **principais objetos de estudo**. Vamos lá?

Crime:

É toda **conduta que prejudica a sociedade**, gerando causas e efeitos que precisamos estudar para evitar que se repita.

- Imagine uma lupa 🔍 analisando o "**quando**", "**onde**" e "**por quê**" um **crime acontece**.

Exemplo: Um aumento de furtos em um bairro pode indicar problemas econômicos ou falta de segurança pública.



Autor/Delinquente:

Quem comete o **crime é investigado** com base em:

- Sua **personalidade** 🧠,
- Seu **histórico social** 🏠,
- E os **fatores ao seu redor** 🌍 (desagregação familiar, dificuldades econômicas).

Pense em uma **investigação** que busca **compreender** o "**caminho**" que levou o **indivíduo ao crime**.

Vítima:

A vítima é quem **sofreu o dano** ou a **violência**. Esse estudo analisa:

- Os **impactos** no âmbito familiar, social, econômico e emocional 💔.

Exemplo: Após um roubo, a vítima pode precisar de **suporte psicológico** ou **indenização**.

🔑 **Objetivo:** Criar programas de assistência e prevenção, reduzindo os danos futuros.



DICA

SOCIOLOGIA CRIMINAL

**TEORIAS DO
CONSENSO II**



Teoria da Anomia

- **Origem:** Conceito introduzido por **Émile Durkheim** e ampliado por Robert Merton.
- **Significado de Anomia:** **Ausência de normas sociais** claras ou **falhas** na estrutura social.



Visão de Merton:

- As sociedades estabelecem **metas culturais** (qualidade de vida, sucesso financeiro) e **meios institucionalizados** (educação, trabalho) para alcançá-las.
- A anomia ocorre quando indivíduos **não conseguem atingir essas metas** pelos meios legais, levando ao **crime** como **alternativa**.

EXEMPLO PRÁTICO: ROUBO PARA ADQUIRIR BENS MATERIAIS INACESSÍVEIS POR MEIOS LEGÍTIMOS.

APLICAÇÃO DAS TEORIAS NA ATUALIDADE



Políticas Públicas:

- **Teoria da Anomia:** Promover igualdade de oportunidades para reduzir a marginalização.
- **Escola de Chicago:** Planejamento urbano para prevenir o crescimento desordenado.

Combate ao Crime Organizado:

- **Teoria da Associação Diferencial:** Programas educativos e sociais para desestimular a influência de grupos criminosos.

Reforma Penal:

- **Teoria do Conflito:** Repensar políticas que discriminam certos grupos sociais e combater a criminalização de classes marginalizadas.

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL II

RETROATIVIDADE DA LEI PENAL



COMO ISSO FUNCIONA?

O Princípio da Retroatividade da Lei Penal é a **aplicação da lei penal vigente ao tempo no qual o crime foi cometido.**

Como regra geral, **a nova lei será aplicável durante o tempo de sua vigência** ou de acordo com a legislação em vigor no período em que o delito ocorreu.



No sistema jurídico brasileiro, **adotamos o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa (nullum crimen, nulla poena sine praevia lege poenali)**, o que significa que uma lei penal mais severa não pode retroagir para atingir fatos pretéritos.

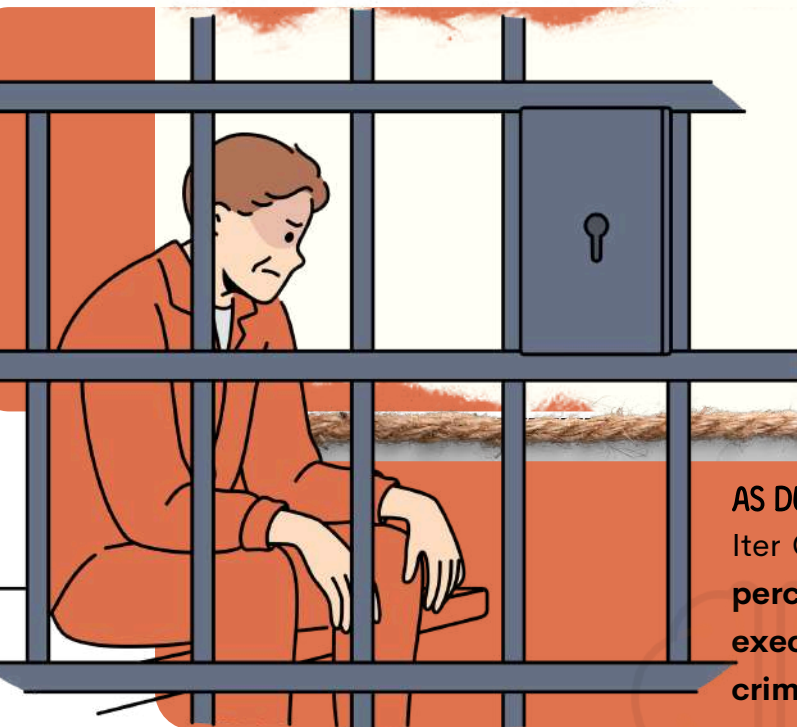
JURISPRUDÊNCIA A REGRA DA ANTERIORIDADE LEGAL E A IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 1º e 2º do Código Penal, **a lei penal passa a ser aplicável a partir do momento em que é promulgada**, respeitando a regra da anterioridade legal.
- É importante destacar que **a lei penal não pode ser utilizada retroativamente, exceto se for em benefício do réu.** Este princípio é baseado na Constituição Federal, que garante a **irretroatividade da lei penal.**

DICA

TEORIA GERAL DO DELITO XX

CONSUMAÇÃO



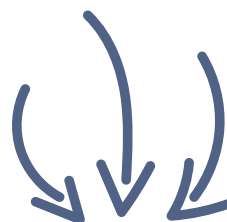
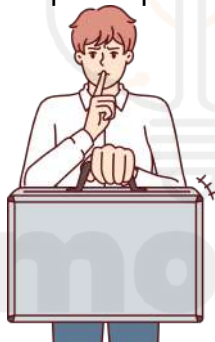
AS DUAS FASES DO ITER CRIMINIS:

Iter Criminis é o termo que se refere às **etapas percorridas pelo agente com a intenção de executar um ato que é considerado criminoso** pela lei.

Esse "caminho do crime" é composto por duas fases:

FASE INTERNA:

O processo de cometer um crime começa com a fase interna, conhecida como **cogitação**. Nessa fase, **o agente idealiza a prática criminosa**.



MAS NÃO É PUNIDO PELO DIREITO PENAL.

FASE EXTERNA:

Depois vem a fase externa, que é dividida em três partes:

- **preparação** - atos necessários para a realização do crime;
- **execução** - início da agressão ao bem jurídico;
- **consumação** - concretização dos elementos do tipo penal.

Por fim, **o exaurimento se refere aos efeitos lesivos** decorrentes da conduta do autor.



DICA
FUNDAMENTOS



E PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL

O QUE PRECISAMOS SABER?

A execução penal regula o cumprimento da pena e da medida de segurança, visando a efetivação da sentença e a reintegração social do condenado.

FINALIDADE DA EXECUÇÃO PENAL

É **regra** assegurar a execução da pena conforme a sentença judicial, respeitando os direitos do condenado. Constitui **condição específica** a observância da legalidade, da individualização da pena e da dignidade da pessoa humana. A execução deve promover a ressocialização do apenado.

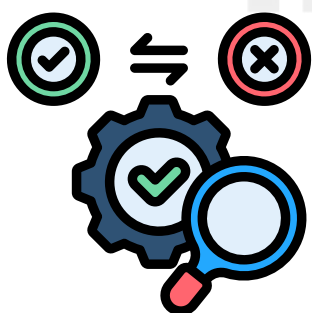


É **regra** aplicar princípios como legalidade, jurisdicionalidade, humanização da pena e individualização da execução. Constitui **condição específica** a atuação do juiz da execução no controle de legalidade dos atos administrativos. Constitui **exceção** a mitigação de direitos apenas quando expressamente prevista em lei.



JURISDICIONALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL

A execução penal é submetida ao controle do Poder Judiciário, garantindo fiscalização dos atos administrativos. É **regra** que decisões relevantes dependam de autorização judicial, mediante procedimento adequado. Constitui **condição específica** a provocação por meio de requerimento das partes ou atuação de ofício do juiz.

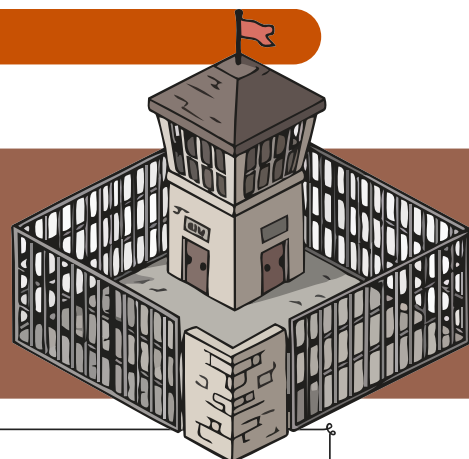


O condenado mantém direitos não atingidos pela sentença, devendo ser respeitada sua integridade física e moral. É **regra** garantir assistência material, jurídica, educacional, social e de saúde durante a execução. Constitui **exceção** a restrição de direitos apenas nos limites estritamente necessários ao cumprimento da pena.



DICA
REGIME

DISCIPLINAR DIFERENCIADO RDD



O QUE PRECISAMOS SABER?

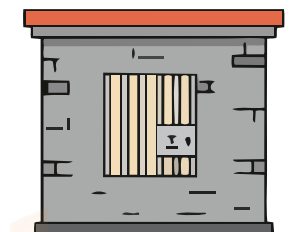
O RDD é regime de cumprimento de pena mais rigoroso, aplicado em hipóteses específicas para presos que representem risco à ordem e à segurança.

HIPÓTESES DE APLICAÇÃO DO RDD

É **regra** a aplicação ao preso que pratique fato previsto como crime doloso que ocasione subversão da ordem ou disciplina interna. Constitui **condição específica** a existência de risco à segurança do estabelecimento penal ou da sociedade. Admite-se também para presos com alto grau de periculosidade ou envolvimento com organizações criminosas.



É **regra** o recolhimento em cela individual, com restrição de visitas e limitação de contato com outros presos. Constitui **condição específica** o prazo máximo de 360 dias, admitida renovação por decisão judicial fundamentada. O preso tem direito a banho de sol diário de 2 horas.



PROCEDIMENTO PARA INCLUSÃO NO RDD

A inclusão depende de decisão judicial, precedida de requerimento da autoridade administrativa ou do Ministério Público. É **regra** assegurar contraditório e ampla defesa, ainda que de forma diferida em situações urgentes. Constitui **condição específica** a fundamentação concreta da necessidade da medida.

O regime deve respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos não atingidos pela restrição. É **regra** vedar tratamento cruel, desumano ou degradante. Constitui **exceção** a ampliação das restrições apenas dentro dos limites legais e mediante decisão judicial fundamentada.





DICA

INQUÉRITO POLICIAL V

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

ENTENDENDO O PRAZO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

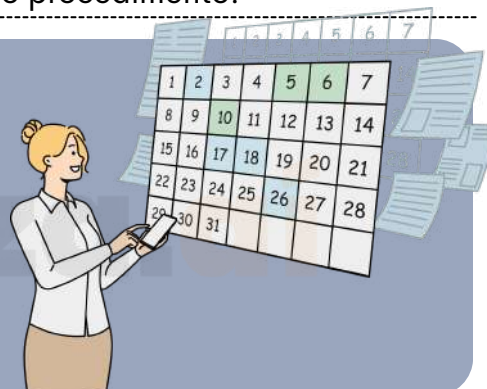
Os prazos estipulados na lei para conclusão do inquérito policial variam dependendo de diferentes fatores, como se o indiciado está solto ou preso, e a esfera ou o delito cometido. No entanto, é importante ressaltar que, **a partir do momento em que o inquérito policial é iniciado, a autoridade responsável tem a obrigação de finalizá-lo em conformidade com as leis que regem o procedimento.**

REGRA GERAL (PREVISTA NO CPP)

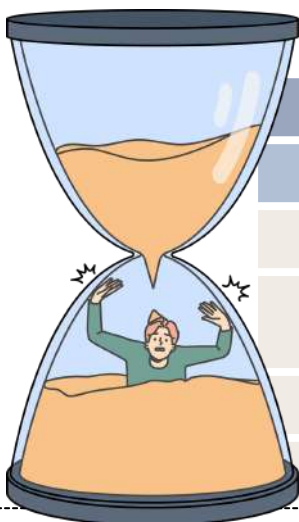
Originalmente, o prazo do IP, com investigado **preso**, é **10 dias** (art. 10, caput, do CPP).

Com o juiz das garantias (art. 3-B, §2º, CPP):

- Pode prorrogar por **15 dias**, uma **única vez**, mediante **representação da autoridade policial** e ouvido o MP.



Mas o **STF** por meio da (**ADI 6.581**) declarou **inconstitucional** essa limitação de apenas **uma prorrogação**, ou seja, o prazo pode ser **prorrogado** sucessivamente, desde que haja **motivação** e **controle judicial**.



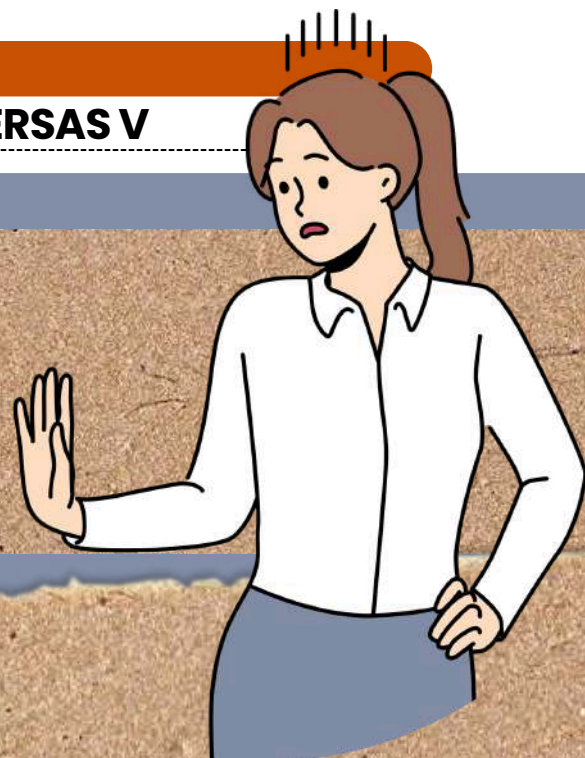
LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Hipóteses	Preso	Solto
Regra Geral - CPP	10 dias	30 dias
Justiça federal	15 + 15 dias	30 dias
Crimes contra a economia popular	10 dias	10 dias
Lei de drogas	30 + 30 dias	90 + 90 dias
Inquérito militar	20 dias	40 + 20 dias

DICA

MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS V

EXCEÇÕES DO
ARBITRAMENTO DA
FIANÇA



VEDAÇÕES LEGAIS PARA CONCESSÃO DE FIANÇA EM CASOS ESPECÍFICOS



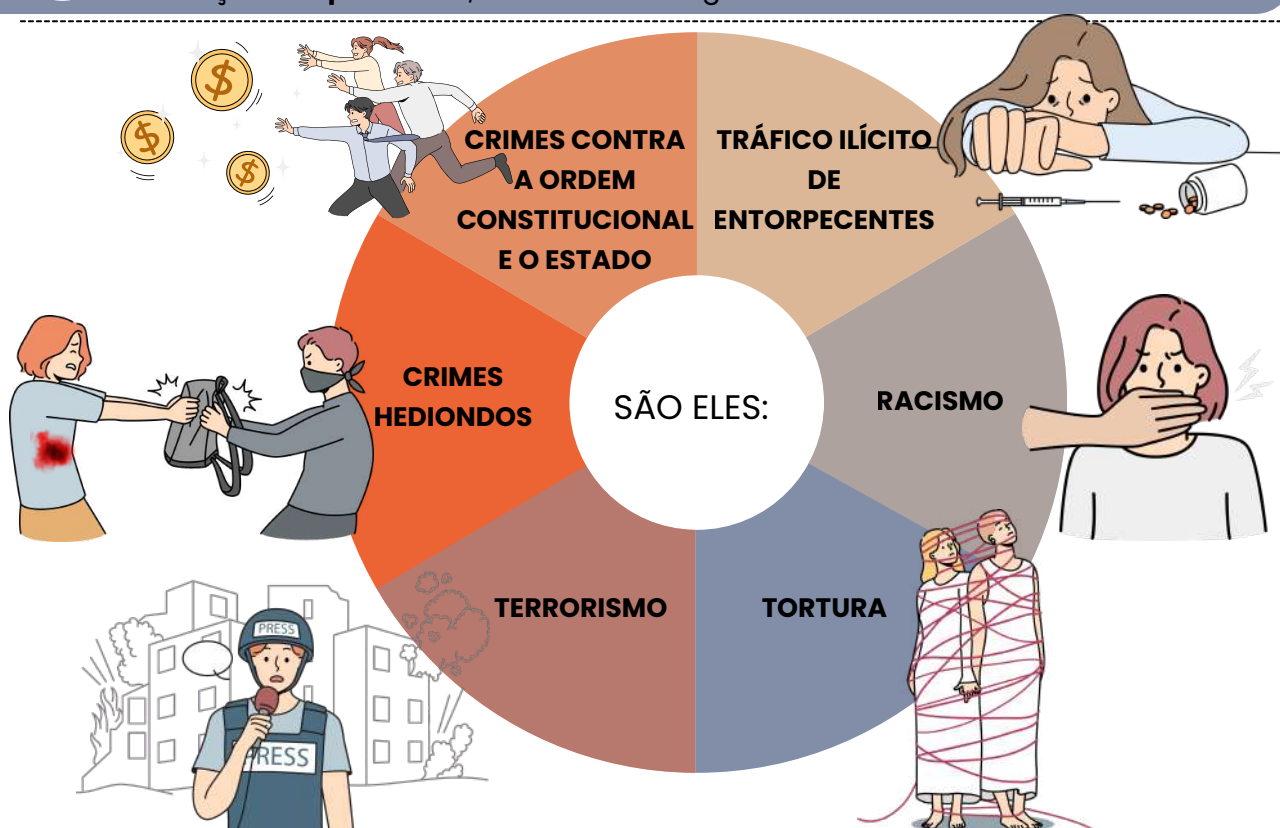
Existem circunstâncias em que o magistrado não poderá conceder fiança aos agentes que cometeram certos delitos.



Apesar de esses crimes serem inafiançáveis, a Corte entende que o relaxamento da prisão pode ser concedido em casos de excesso de prazo, como estabelecido na Súmula 697 do STF.

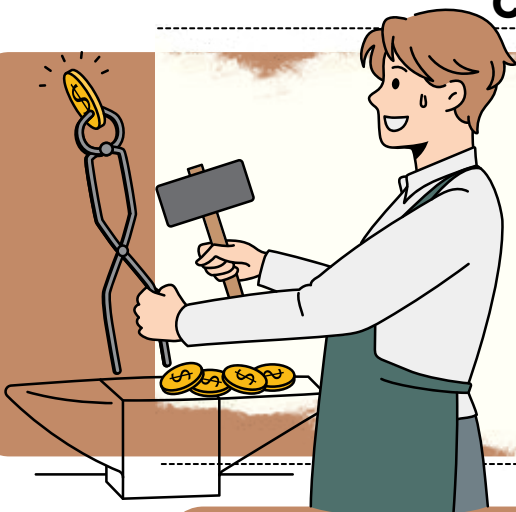


Além das vedações legais, o juiz não poderá conceder a fiança em situações específicas, conforme o artigo 324 do CPP.



DICA

CRIMES CONTRA FÉ PÚBLICA III



PETRECHOS PARA
FALSIFICAÇÃO DE MOEDA

O terceiro delito contra a fé pública é um **crime comum que pode ser cometido por qualquer pessoa**. No entanto, o comportamento é considerado um **ato preparatório**, e é **criminalizado excepcionalmente pelo legislador**.



O **CRIME É DOLOSO**, SEM PREVISÃO DE DOLO ESPECÍFICO OU MODALIDADE CULPÁVEL. **A DOCTRINA DIVERGE QUANTO À TENTATIVA**, ALGUNS ENTENDEM QUE NÃO É POSSÍVEL DEVIDO AOS ATOS PREPARATÓRIOS, ENQUANTO OUTROS CONSIDERAM UM DELITO PLURISSUBSISTENTE, ADMITINDO A TENTATIVA.



É importante ressaltar que, se não houvesse a previsão do art. 291 do CP, o comportamento em questão seria considerado um **mero ato preparatório** do art. 289, e **geralmente seria impunível**. No entanto, o legislador **optou por formalizar o ato preparatório como delito, tornando-o punível**.

PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO



Por força do **princípio da consunção**, caso seja comprovado que o autor fabricou o maquinário e depois praticou o art. 289 do CP, o delito do art. 291 **será absorvido, caracterizando-se como fato anterior impunível**.

- Nas modalidades de **guardar e possuir**, **o crime é considerado permanente**.

EM GERAL, A COMPETÊNCIA PARA JULGAR O CRIME É DA JUSTIÇA FEDERAL, NO ENTANTO, HÁ JURISPRUDÊNCIA (ANTIGA) DO STJ QUE INDICA QUE, SE OS PETRECHOS SE PRESTAM A OUTRAS FRAUDES ALÉM DA CONTRAFAÇÃO DE MOEDA, **A COMPETÊNCIA PASSA A SER DA JUSTIÇA ESTADUAL**.



DICA

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869/2019



SUJEITOS DO CRIME

quem pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade?

→ Qualquer **agente público**, abrangendo uma ampla gama de pessoas que exerçam **atividades vinculadas ao poder público**, como:

1. Servidores **públicos** e **militares**, ou pessoas equiparadas a eles.
2. Membros dos Poderes **Legislativo, Executivo e Judiciário**.
3. Membros do **Ministério Público**.
4. Membros de **tribunais** ou **conselhos** de **contas**.

Crimes de mão própria: Isso significa que **apenas pessoas que possuem vínculo com o poder público** (agentes estatais) podem **praticar o crime de abuso de autoridade**, excluindo particulares que não têm qualquer relação com a administração pública.



→ A lei adota uma **definição ampla de agente público**, que inclui aqueles que exercem **função pública** ainda que **temporariamente, sem remuneração** ou **em caráter excepcional**, por meio de eleição, nomeação, contratação, ou qualquer forma de investidura.

CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE PRATICADOS POR MILITARES SERÃO JULGADOS PELA **JUSTIÇA MILITAR**, QUE É COMPETENTE PARA QUESTÕES ENVOLVENDO ESSES AGENTES.



DICA

LEI MARIA DA PENHA - LEI N. 11.340/06



FORMAS DE VIOLÊNCIA



→ São consideradas formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

Violência Patrimonial

- Qualquer conduta que envolva:
 - Retenção, subtração ou destruição (total ou parcial) de:
 - Objetos pessoais;
 - Instrumentos de trabalho;
 - Documentos;
 - Bens e valores;
 - Recursos econômicos, incluindo os destinados às necessidades da mulher.

Violência Moral

- Qualquer conduta que configure:



CALÚNIA (FALSA ACUSAÇÃO DE CRIME);



DIFAMAÇÃO (OFENSA À REPUTAÇÃO);



INJÚRIA (OFENSA À DIGNIDADE OU DECORO).

→ A assistência à mulher será prestada de **forma articulada** entre o **SUS**, o **Susp** e outras **políticas públicas**, incluindo ações emergenciais.

Os crimes de injúria, calúnia e difamação, quando cometidos contra mulheres em contexto de violência doméstica ou por razões de gênero, tiveram suas penas dobradas.

DICA

LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI N. 9.296/96

LEI DE INTERCEPTAÇÃO
TELEFÔNICA –
LEI Nº 9.296/96

o que você precisa saber!



A Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96) regula a utilização da interceptação de comunicações telefônicas como uma ferramenta de investigação no direito penal. Ela visa garantir que as interceptações sejam feitas somente quando **necessárias** e com **garantia dos direitos fundamentais**.

Em resumo: a interceptação de **chamadas telefônicas** ou de outras formas de comunicação só pode ser feita se houver **autorização judicial**, com base em **indícios sólidos** de que a pessoa está envolvida em um crime.

como funciona a interceptação?



A **interceptação telefônica** e de outros **meios de comunicação** (como internet, e-mails, etc.) só pode acontecer com a **ordem de um juiz**, e deve ser feita em **segredo de justiça**.

EXEMPLO PARA VOCÊ ENTENDER: IMAGINE QUE A POLÍCIA ESTÁ INVESTIGANDO UM CASO DE **TRÁFICO DE DROGAS**. SE ELES QUISEREM OUVIR AS CONVERSAS DE UM SUSPEITO, PRECISAM PEDIR A **AUTORIZAÇÃO DE UM JUIZ**. O JUIZ, ENTÃO, AUTORIZA OU NÃO A INTERCEPTAÇÃO. E, CASO SEJA **AUTORIZADA**, ISSO PRECISA SER FEITO **EM SIGILO**, OU SEJA, NINGUÉM PODE SABER QUE A POLÍCIA ESTÁ MONITORANDO AS COMUNICAÇÕES.

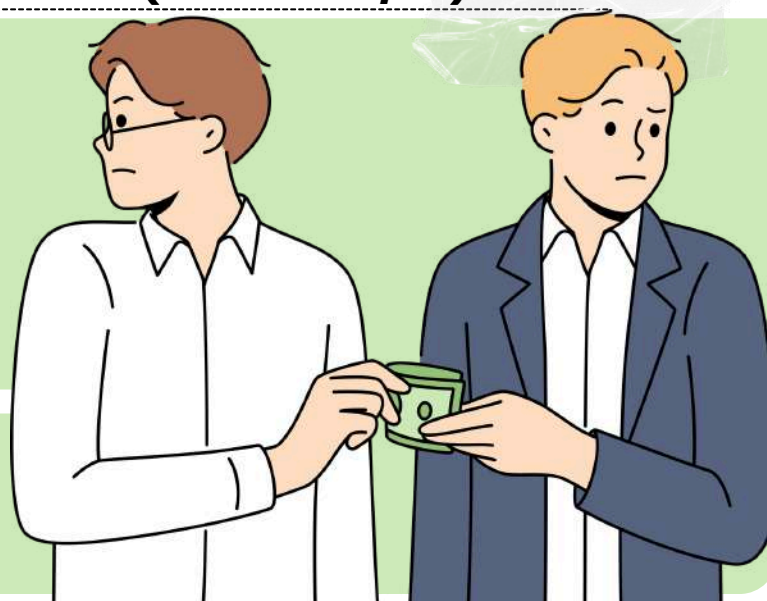


Além disso, a lei também se aplica à **interceptação de mensagens** pela **internet**, como por exemplo, monitorar e-mails ou mensagens instantâneas (WhatsApp, Telegram, etc.).

DICA

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI Nº 9.613/98) I

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO



→ A lavagem de dinheiro envolve a ação de **conferir uma aparência de legalidade a bens, direitos ou valores originados de uma infração penal.**

→ O agente, por meio dessa prática, **esconde ou disfarça a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade** desses bens, direitos ou valores provenientes de atividades criminosas.



O termo "lavagem de dinheiro" surgiu do direito norte-americano (money laundering) por volta de 1920, referindo-se aos **mafiosos que usavam lavanderias como fachada para legalizar o dinheiro obtido de atividades ilícitas.**

- Em outros países como Portugal e Espanha, é comum o uso da expressão "branqueamento de capitais".

Etapas da lavagem de dinheiro:

Fase da colocação (placement):

Introdução do dinheiro ilegal no sistema financeiro, incluindo técnicas como smurfing, que envolve múltiplos depósitos fracionados para ocultar grandes somas.

Fase da dissimulação/mascaramento (layering):

Realização de negócios ou movimentações financeiras complexas para dificultar o rastreamento dos valores ilícitos.

Fase da Integração (integration):

Incorporação dos bens ao sistema econômico.



NÃO É NECESSÁRIO COMPLETAR TODAS AS FASES PARA QUE O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO SEJA CONFIGURADO.

DICA

LEI Nº 10.826/2003 – ESTATUTO DO DESARMAMENTO



ESTATUTO DO DESARMAMENTO



O Estatuto do Desarmamento dispõe sobre as **regras e procedimentos** relacionados ao **registro**, **posse** e **comercialização** de **armas de fogo** e **munições** no Brasil.



Ele também estabelece o **Sistema Nacional de Armas (SINARM)**, define crimes relacionados ao uso indevido de armas e regulamenta medidas administrativas para controle dessas atividades.

CADASTRO VS. REGISTRO

É importante compreender a **diferença** entre **cadastro** e **registro** de **armas de fogo**:

- **Cadastro:** Refere-se à **descrição das características de uma arma de fogo**, como modelo, número de série e outras informações relevantes. O cadastro é armazenado em um banco de dados e, em geral, é feito no SINARM.

O SINARM É UM SISTEMA INSTITUÍDO NO ÂMBITO DA **POLÍCIA FEDERAL** E DO **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DE ARMAS DE USO PERMITIDO NO BRASIL.

- EM CASOS ESPECÍFICOS, O CADASTRO PODE SER FEITO NO **SIGMA** (SISTEMA DE GERENCIAMENTO MILITAR DE ARMAS), QUE É RESPONSÁVEL PELO CONTROLE DE ARMAS DAS **FORÇAS ARMADAS E FORÇAS AUXILIARES** (COMO A POLÍCIA MILITAR). O SIGMA É GERENCIADO PELO **COMANDO DO EXÉRCITO** E VINCULADO AO **MINISTÉRIO DA DEFESA**.



- **Registro:** Ocorre quando a arma de fogo possui um **proprietário legalmente reconhecido**. O registro liga o proprietário à arma por meio de um número de matrícula, que também é armazenado em um banco de dados.

O REGISTRO DE ARMAS DE USO PERMITIDO DEVE SER FEITO NA **POLÍCIA FEDERAL**.

- O REGISTRO DE ARMAS DE **USO RESTRITO** (GERALMENTE ARMAS DE MAIOR PODER BÉLICO) **DEVE SER FEITO NO COMANDO DO EXÉRCITO**.



CONHECIMENTOS COMUNS AOS CARGOS DE AGENTE E PAPILOSCOPISTA



DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL IV



MESÓCLISE

A **mesóclise** acontece quando o **pronome oblíquo** aparece **no meio do verbo**, **entrecortando a palavra**. O **pronome liga-se ao verbo por meio do hífen**. A mesóclise pode ocorrer se **duas condições acontecerem**:

- ✓ **Não** houver **justificativa para uso de próclise** (ou seja, não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo); e
- ✓ O **verbo estiver conjugado no tempo futuro do modo indicativo** (seja futuro do presente, seja futuro do pretérito).

Observe:

Informar-lhes-ei assim que possível.

Nesse caso, a forma verbal "**informarei**" está cortada ao meio pelo pronome "**lhes**", sendo um **exemplo de mesóclise**. Isso ocorreu pois **não há nenhuma palavra atrativa antes do verbo e porque a conjugação está no tempo futuro do presente do modo indicativo**.

→ EXEMPLOS DE MESÓCLISE

- **Consultar-lhes-ei** sobre esse assunto amanhã.
- **Dir-lhes-iam** as novidades se fosse possível.
- **Revelar-nos-ia** os segredos se pudesse.

A mesóclise praticamente **não existe** na linguagem oral e na linguagem escrita informal.

PORTANTO, SE HOUVER FATORES QUE EXIGEM TANTO A PRÓCLISE QUANTO A MESÓCLISE NA MESMA FRASE, A PRÓCLISE PREVALECERÁ.

→ Mesóclise em locuções verbais

O pronome tende a aparecer entrecortando o primeiro verbo (verbo auxiliar).

Verbo auxiliar + **pronome oblíquo** + verbo auxiliar + verbo principal

Ter-nos-iam informado sobre o resultado muito tempo antes, mas não foi possível.



DICA

TRANSITIVIDADE VERBAL

A transitividade verbal indica a **relação que o verbo estabelece com seus complementos**. Quando o verbo não possui sentido completo sozinho, ele precisa de um termo que complete sua ideia, chamado **complemento verbal**.

Exemplos:

- *Entregaram a encomenda.*
- *Vendo quadros.*
- *Segure isto, por favor!*

De acordo com o tipo de complemento, os verbos são classificados da seguinte forma:

VERBO TRANSITIVO DIRETO (VTD)



Verbo que **não tem sentido completo** e **precisa de um complemento**, geralmente introduzido **sem preposição**, que **conclua o quê ou quem**. Esse complemento é chamado de **objeto direto**.

Exemplos:

- A mesa 3 **pediu** a carne bem passada. (*Pediu o quê? A carne.*)
- **Terminei** a análise. (*Terminei o quê? A análise.*)
- Agora sim, **entendo** meus pais. (*Entende quem? Meus pais.*)

VERBO TRANSITIVO INDIRETO (VTI)



Verbo que **não tem sentido completo** e precisa de um complemento que conclua **de quê, em quê, para quem**. Acompanhado de **preposição obrigatória**, o complemento desse tipo de verbo é chamado de **objeto indireto**.

Exemplos:

- **Duvido** da sua honestidade. (*Duvido de quê? Da sua honestidade.*)
- Não **acredito** no que ele diz. (*Não acredito em quê? No que ele diz.*)
- **Esperei**-lhe pacientemente. (*Esperei por quem? Por ele/ela.*)

VERBO TRANSITIVO DIRETO E INDIRETO (VTDI)



Também chamado de **bitransitivo**, é o verbo que **não tem sentido completo** e que precisa de **objeto direto e indireto**.



Assim, o verbo **transitivo direto e indireto** precisa de **dois complementos**, um dos quais **sem preposição obrigatória** (objeto direto) e outro que **exige preposição (objeto indireto)**.

- O objeto direto e indireto completa o verbo com a informação sobre **o quê a quem**.

Exemplos:

- **Enviei** os postais aos clientes. (*Enviei o quê a quem? Os postais aos clientes.*)
- **Agradeceu** a oportunidade ao chefe. (*Agradeceu o quê a quem? A oportunidade ao chefe.*)
- **Expus** minhas dificuldades ao professor. (*Expus o quê a quem? Minhas dificuldades ao professor.*)



DICA

SENTIDO DENOTATIVO X SENTIDO CONOTATIVO



SENTIDO CONOTATIVO



O sentido conotativo de uma palavra ou expressão **refere-se às associações secundárias, sugestões ou significados adicionais que a palavra pode ter, além do seu significado literal.**



O sentido conotativo **leva em consideração as emoções, imagens, associações culturais e subjetivas que uma palavra evoca.**



Por exemplo, a palavra "rosa" pode ter um sentido conotativo de amor, romance ou beleza, devido às associações culturais e emocionais que as pessoas têm com essa flor.

SENTIDO DENOTATIVO



O sentido denotativo de uma **palavra ou expressão refere-se ao seu significado literal e objetivo.** É a interpretação mais direta e básica de uma palavra, aquilo que você encontraria em um dicionário.



O sentido denotativo se concentra na definição precisa e factual de uma palavra, desconsiderando quaisquer associações subjetivas ou emocionais que ela possa ter.



Por exemplo, o sentido denotativo da palavra "rosa" é uma flor de pétalas coloridas.

LEMBRE-SE!



DICA

CONCORDÂNCIA VERBAL II

TIPOS DE SUJEITO



1

SUJEITO SIMPLES

➡ Ocorre quando há apenas um núcleo (uma palavra principal) representando o sujeito.

Exemplo: O vizinho está chamando.

➡ Aqui, “vizinho” é o núcleo do sujeito.

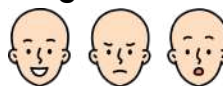
2

SUJEITO COMPOSTO

➡ Acontece quando o sujeito tem **dois ou mais núcleos ligados entre si**.

Exemplo: Minha mãe e meu irmão amam chocolate.

➡ Os núcleos do sujeito são “mãe” e “irmão”.



3

SUJEITO OCULTO (OU DESINENCIAL)

➡ O **sujeito não aparece escrito na frase**, mas **pode ser identificado**:

- pelo **contexto** (quem está falando ou sobre quem se fala);
- ou pela **desinência verbal** (a terminação do verbo).

Exemplo: Estamos muito felizes com a novidade.

➡ O verbo “**estamos**” indica que o sujeito é “**nós**”.



4

SUJEITO DETERMINADO

➡ É aquele que pode ser **identificado de alguma forma**.

➡ Engloba os sujeitos **simples, compostos e ocultos**.

Exemplo: Carla disse que vai viajar.

➡ O sujeito é “**Carla**”, facilmente reconhecido.

5

SUJEITO INDETERMINADO

➡ Quando **não conseguimos identificar o sujeito**, nem pelo **contexto** e nem pela **forma verbal**.

➡ Geralmente aparece com:

- verbo na **3ª pessoa do singular + “se”** (índice de indeterminação);
- ou **verbo na 3ª pessoa do plural**, sem que se saiba **quem praticou a ação**.

Exemplo: Vive-se bem aqui. (Não sabemos quem vive).

6

SUJEITO INEXISTENTE

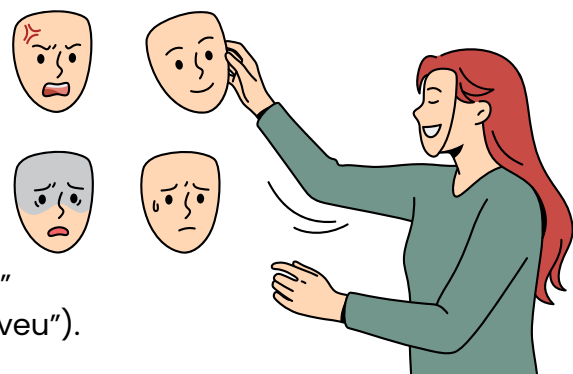
➡ Também chamado de **oração sem sujeito**.

➡ Ocorre com **verbos impessoais**, que **não têm sujeito**.

Principais casos:

- **Fenômenos da natureza:** chover, nevar, trovejar...
- **Tempo decorrido:** “Faz dois anos...”, “Eram três horas...”
- **Verbo haver no sentido de existir:** “Há muitas dúvidas.”

Exemplo: Choveu a semana toda. (Não existe “quem choveu”).



DICA

CONECTIVOS LÓGICOS II

CONECTIVO "OU"
(DISJUNÇÃO INCLUSIVA)

A disjunção é uma operação lógica em que **a proposição composta é verdadeira se pelo menos uma das proposições simples que a compõem for verdadeira**. Ela só será falsa se ambas as proposições simples forem falsas.



Portanto, na disjunção, **o valor lógico predominante é o verdadeiro**, pois **ela será verdadeira em todos os casos**, exceto quando ambas as proposições simples forem falsas.

EXEMPLO:

No caso da sentença "Estudar é necessário ou ser nomeado é uma glória", **essa proposição composta só será falsa se ambas as proposições simples que a compõem forem falsas**:

- "Estudar é necessário" (Falsa)
- "Ser nomeado é uma glória" (Falsa)

Nesse cenário, ambas as condições são falsas, e, portanto, a sentença composta "Estudar é necessário ou ser nomeado é uma glória" será falsa.

Em todos os outros casos, ou seja, quando pelo menos uma das proposições simples for verdadeira, a sentença composta será verdadeira. Portanto, **a sentença composta reflete a ideia de que apenas uma das condições precisa ser verdadeira para que a sentença seja verdadeira**.



TABELA VERDADE DA DISJUNÇÃO "OU"

SERÁ **VERDADEIRA** QUANDO **PELO MENOS UMA DAS PROPOSIÇÕES FOR VERDADEIRA**

p	q	$p \vee q$
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

DICA

DIAGRAMAS LÓGICOS VI



INTERSECÇÃO

A interseção de conjuntos é associada à palavra "E" e representa a operação que permite identificar os elementos comuns a todos os conjuntos envolvidos.

CARACTERÍSTICAS IMPORTANTES DA INTERSECÇÃO:



✓ A interseção de dois conjuntos A e B é formada **apenas pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e a B.**



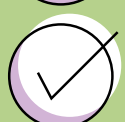
✓ Matematicamente, um elemento **x pertence à interseção $A \cap B$** se, e somente se, **$x \in A$ e $x \in B$.**



✓ A interseção pode ser aplicada a dois ou mais conjuntos.

Exemplo:

$A \cap B \cap C$ → elementos comuns aos três conjuntos.



✓ Quando dois conjuntos **não possuem elementos em comum**, diz-se que são **conjuntos disjuntos**, e sua **interseção é o conjunto vazio ($\emptyset$)**.

Considere os conjuntos abaixo:

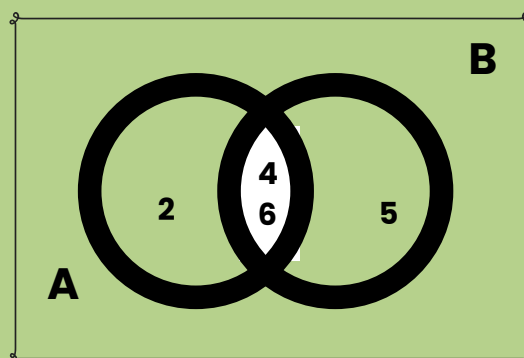
- Conjunto A: formado pelos possíveis resultados pares do lançamento de um dado → **$A = \{2, 4, 6\}$**
- Conjunto B: formado pelos números maiores que 3 no lançamento de um dado → **$B = \{4, 5, 6\}$**

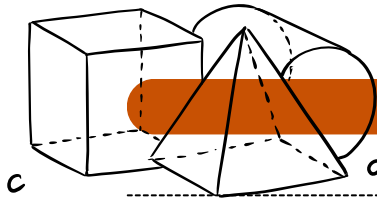
🔍 Análise da interseção:

Os números 4 e 6 pertencem aos dois conjuntos, pois são pares e maiores que 3.

✓ Portanto:

$A \cap B = \{4, 6\}$





DICA

SISTEMAS DE UNIDADES DE MEDIDAS

CÁLCULO DE VOLUME DE SÓLIDOS

Podemos determinar o volume de todos os sólidos geométricos. O volume representa a "capacidade" desse **sólido**. Tente imaginar alguns sólidos geométricos: **seria possível preenchê-los com algum material, como água?**

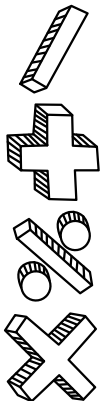


Se essa possibilidade existir, **podemos calcular o volume** de cada objeto considerado. Caso não seja viável preencher a figura que você imaginou, é provável que ela seja uma **forma plana bidimensional**, como um **quadrado**, um **triângulo** ou um **círculo**.

FÓRMULAS PARA O CÁLCULO DE VOLUME

VOLUME DE UM PRISMA QUALQUER

Para determinarmos o volume de um prisma qualquer, nós **calculamos a área de sua base para, em seguida, multiplicá-la pela sua altura**. Sendo assim:



Prismas

- **$v = (\text{área da base}) \times \text{altura}$**

Na imagem acima, a área do prisma de base retangular pode ser calculada por:

$$V = a \cdot b \cdot c$$

Já a área do prisma de base triangular é dada por:

$$V = \frac{a \cdot b \cdot c}{2}$$

VOLUME DE UM CILINDRO

O volume de um cilindro é calculado **multiplicando-se a área da base pela altura**

1. Assim como ocorre com os prismas, para calcular o volume do cilindro, **multiplicamos a área da base pela altura**. Podemos definir novamente:

Cilindro

$V = (\text{área da base}) \times \text{altura}$

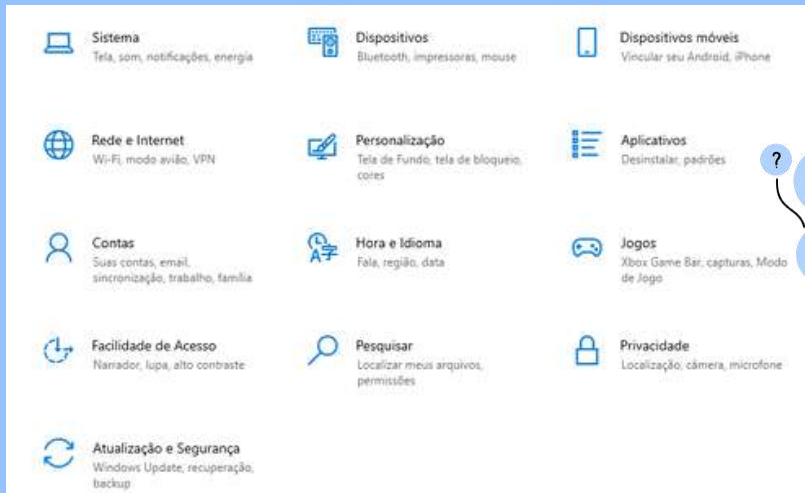
- Para o cilindro da figura ao lado, podemos calcular seu volume como:

$$V = \pi \cdot r^2 \cdot a$$

DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

CONFIGURAÇÕES



O aplicativo **Configurações** é o **novo centro de controle do Windows 11**.



Ele substitui **gradualmente** o **Painel de Controle clássico**, trazendo design moderno, melhor organização por categorias e recursos de busca integrados.



É o local ideal para ajustar aparência, rede, contas, dispositivos e privacidade de forma simples e intuitiva.

COMO ACESSAR

Formas de abertura:

- 1 **Atalho:** Win + I
- 2 **Menu Iniciar** → ⚙️ "Configurações"
- 3 **Botão direito sobre o menu Iniciar** → "Configurações"
- 4 Pesquisar "**Configurações**" na barra de tarefas

atalho

para janela de configurações



💬 **Dica prática:** o atalho Win + I é universal — funciona desde o **Windows 8 até o 11**.



CRITÉRIO

🌱 **Interface**

🖱️ **Uso**

⚙️ **Acesso**

📖 **Situação atual**

CONFIGURAÇÕES

Moderna e otimizada

Ajustes rápidos

Win + I

Padrão no Windows 11

PAINEL DE CONTROLE

Clássica e técnica

Configurações avançadas

Win + R → control

Ainda existente, mas sendo substituído

DICA

ESTELIONATO DIGITAL (ART. 171, §2º-A, CP)



O QUE É E COMO ENTENDER O ESTELIONATO DIGITAL?

CONCEITO



O estelionato digital é a versão online do crime de estelionato tradicional. Ele ocorre quando o agente **utiliza meios eletrônicos** (redes sociais, aplicativos, sites ou comunicações digitais) **para induzir a vítima ao erro e obter vantagem ilícita**. O estelionato digital é um crime cibernético impróprio, pois já existia antes da internet — apenas mudou o meio utilizado (que agora é eletrônico).



ELEMENTOS DO ESTELIONATO DIGITAL

- ➔ Ato de induzir ou manter a vítima em erro.
- ➔ Uso de meio eletrônico/digital.
- ➔ Vantagem ilícita para o agente.
- ➔ Prejuízo patrimonial para a vítima.



- Golpe do WhatsApp
- Boletos falsos enviados por email/mensagem.
- Sites ou perfis falsos de vendas.
- Phishing pedindo atualização de cadastro.
- Falsos atendentes de banco pedindo token/código.

➔ DICA

➔ Se o crime pode ocorrer sem internet → estelionato comum.

➔ Se depende do meio eletrônico para acontecer → estelionato digital.

ESTELIONATO DIGITAL X CLÁSSICO

No **estelionato comum**, o engano ocorre *presencialmente*, com o uso direto de mentiras ou artifícios, como no golpe do bilhete premiado. Já no **estelionato digital**, o engano é feito por **meios eletrônicos**, por meio de mensagens, links ou perfis falsos, como golpes por WhatsApp, páginas clonadas e phishing.

O QUE A BANCA COBRA?



- Diferenciar estelionato digital x estelionato comum.
- Saber que não há invasão de sistema (não confundir com Lei 12.737/2012).
- Verificar se o meio eletrônico foi essencial para o golpe.
- Entender que phishing e engenharia social frequentemente geram estelionato digital.

DICA

DNS: FUNCIONAMENTO, LOGS, DNS SPOOFING E REDIRECIONAMENTO MALICIOSO



O QUE É E QUANDO SE APLICA?

→ CONCEITO GERAL

O DNS (**Domain Name System**) é um sistema hierárquico e distribuído que traduz nomes de domínio (ex.: google.com) em endereços IP (ex.: 142.250.78.14).

→ LOGS

- Logs de DNS registram consultas e respostas feitas através do resolvidor, Servem para auditoria, investigação, detecção de anomalias e incidentes.
- Podem identificar tentativas de acesso a domínios maliciosos.

DNS SPOOFING E REDIRECIONAMENTO MALICIOSO:



DNS spoofing (ou DNS cache poisoning) é quando um atacante **insere informações falsas em um servidor DNS ou no cache DNS do computador/vítima.**

Assim, quando a pessoa tenta acessar um site legítimo, o DNS envenenado responde com o IP de um servidor malicioso, fazendo o usuário **cair em uma página falsa.**

http://

O QUE A BANCA COBRA?

- Função do DNS e como ocorre a resolução de nomes.
- DNS Spoofing / Cache Poisoning: conceito e objetivo.
- Redirecionamento malicioso: o que é e como prejudica o usuário.
- Medidas de proteção: DNSSEC, DoH, DoT, uso de DNS confiável.
- Conceitos gerais de segurança: integridade, autenticidade e disponibilidade.



COMO ACONTECE?



- Alteração do DNS do roteador (muito comum em roteadores domésticos mal configurados).
- Comprometimento de servidores DNS vulneráveis.
- Injeção de respostas falsas em redes públicas inseguras.
- Malware que altera as configurações DNS da máquina da vítima.



DICA GOOGLE WORKSPACE

GOOGLE WORKSPACE/ DRIVE

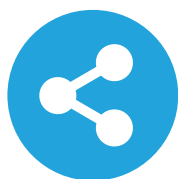
O que é?

O Google Drive é uma plataforma de **armazenamento na nuvem**, parte do Google **Workspace**, que permite **armazenar**, **compartilhar** e **acessar arquivos** de qualquer lugar, em qualquer dispositivo. Além de armazenamento, ele oferece a possibilidade de **trabalhar colaborativamente** com outras pessoas, gerenciando permissões de acesso.

Armazenamento de arquivos: Tem **15 GB gratuitos para usar**, e você pode guardar qualquer coisa. E não se preocupe, não é só texto. Pode salvar fotos, vídeos e até arquivos pesados.



Como Funciona o **Compartilhamento de Arquivos**:



- Para **compartilhar** um arquivo no Google Drive, clique com o **botão direito** sobre o **arquivo** ou **pasta** e selecione "**Compartilhar**".
- Você também pode **clicar no ícone de cadeado** ao **lado do arquivo** e ajustar as **permissões de acesso diretamente**.



Definição de Permissões: Ao abrir a janela de compartilhamento, **insira os e-mails dos destinatários** e escolha o **nível de permissão**:



VISUALIZAÇÃO: PERMITE QUE O DESTINATÁRIO APENAS **VISUALIZE** O ARQUIVO.



COMENTÁRIO: PERMITE QUE O DESTINATÁRIO **VISUALIZE** E **COMENTE** NO ARQUIVO, MAS NÃO FAÇA ALTERAÇÕES



EDIÇÃO: O DESTINATÁRIO PODE **EDITAR** O CONTEÚDO DO ARQUIVO.

VOCÊ PODE **GERAR UM LINK** PARA O **ARQUIVO** E DEFINIR SE ELE SERÁ **ACESSÍVEL** APENAS PARA PESSOAS COM O **LINK** OU PARA **QUALQUER PESSOA NA WEB**.



Para **restringir** acessos, você pode **remover permissões** ou **alterar a visibilidade** do **arquivo** a qualquer momento.

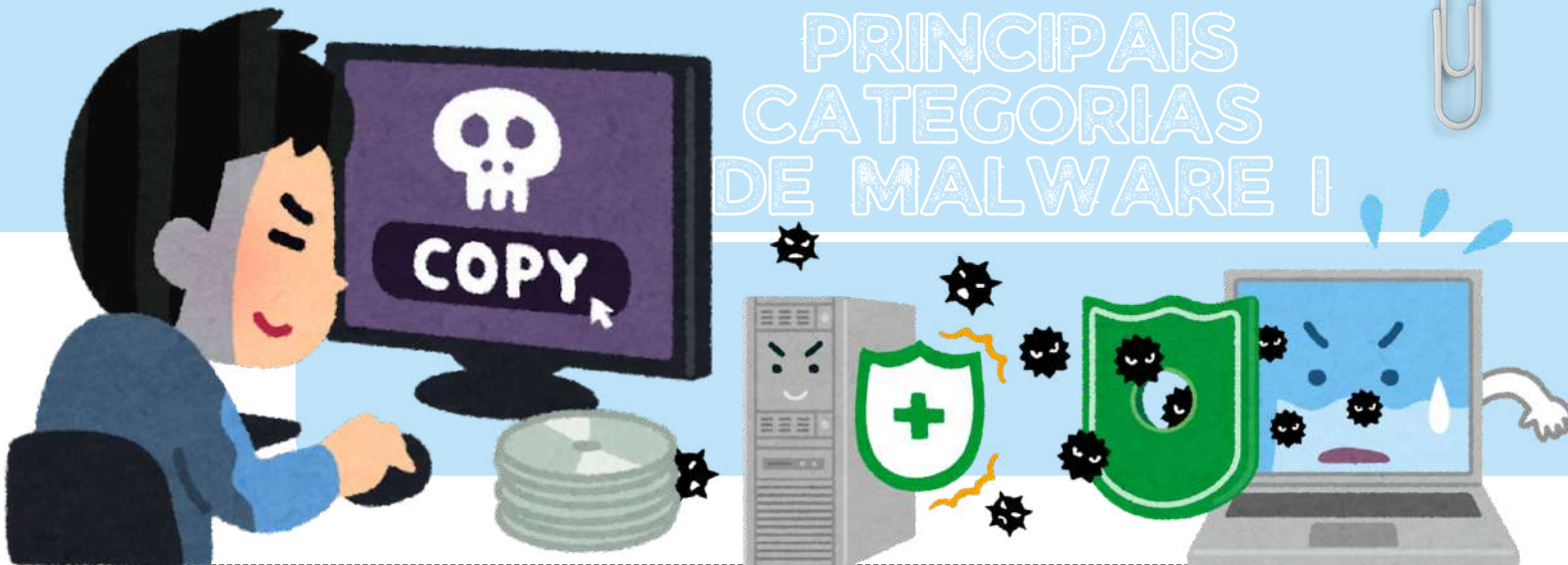


Notificações: Você pode configurar notificações para ser avisado sempre que alguém **editar** o arquivo ou **adicionar** comentários.

Fique atento ao **compartilhamento de pastas** (se você compartilha uma pasta inteira, todos os arquivos dentro dela também são compartilhados).

DICA MALWARES I

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE MALWARE I



- Os malwares, também conhecidos como **software malicioso** ou **pragas virtuais**, são programas de computador projetados com a intenção de realizar **atividades prejudiciais e maliciosas** em sistemas de computadores e dispositivos.
- Muitos malwares são projetados para **roubar informações pessoais**, como senhas, números de cartão de crédito, informações bancárias e dados de identificação pessoal. Essas informações podem ser usadas para roubo de identidade, fraude financeira e outros crimes cibernéticos.
- Certos malwares têm a **função de corromper ou destruir dados no sistema**. Isso pode causar perda irreparável de informações.

Formas comuns pelas quais os malwares e ataques cibernéticos **podem se espalhar e comprometer sistemas e dispositivos**:

- Atacantes exploram **vulnerabilidades** em **programas** para obter acesso não autorizado ao sistema.
- Dispositivos de mídia removíveis**, como pen drives, podem carregar malwares que são automaticamente executados ao serem conectados a um sistema.
- Sites maliciosos** ou **comprometidos** podem distribuir malwares por meio de downloads automáticos, exploits de navegador ou links maliciosos.
- Atacantes** podem visar sistemas diretamente usando técnicas como engenharia social ou invasão de rede.
- Malwares** são distribuídos por meio da **execução de arquivos infectados**, como anexos de e-mail maliciosos, downloads de páginas da web comprometidas, compartilhamento de arquivos infectados e transferência de arquivos entre sistemas comprometidos.





DICA

HISTÓRIA DA CRIMINOLOGIA

ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS II



3 Escola de Política Criminal

Ideia principal: A pena deve **prevenir crimes** e **manter a ordem social** ⚖️.

Fundadores: Franz von Lizst, Adolphe Prins e Von Hammel.

Princípios fundamentais:

- **Imputáveis x Inimputáveis:** Pena para uns, medidas de segurança para outros.
- O crime é um **fenômeno humano-social** 🧑🧒.
- Substituir **penas curtas** por outras **medidas mais eficazes**.

💡 **EXEMPLO PRÁTICO:** SUBSTITUIR A PRISÃO POR SERVIÇOS COMUNITÁRIOS PARA DELITOS LEVES.



4 Terza Scuola (Terceira Escola)

Ideia principal: Combina ideias da Escola Clássica e Positiva.

Representantes: Manuel Carnevale, Bernardino Alimena e João Impallomeni.

Princípios fundamentais:

- O crime resulta de **fatores internos** e **externos**.
- A pena deve ser **adaptada** ao **perfil do delinquente** 🧩.
- Combinação de **responsabilidade moral** e **social**.

💡 **EXEMPLO PRÁTICO:** UM JOVEM INFRATOR PODE RECEBER UMA MEDIDA EDUCATIVA EM VEZ DE UMA PUNIÇÃO SEVERA.



Para as provas, lembre-se das **diferenças** entre as **escolas** e **associe palavras-chave** como:

- **CLÁSSICA:** LIVRE-ARBÍTRIO.
- **POSITIVA:** DETERMINISMO.

- **POLÍTICA CRIMINAL:** PREVENÇÃO.
- **TERZA SCUOLA:** ADAPTAÇÃO.

DICA

CRIME DO COLARINHO BRANCO (WHITE COLLAR CRIME)



SUTHERLAND, FRAUDE CORPORATIVA E CRIMES ECONÔMICOS



Os **crimes do colarinho branco** envolvem condutas ilícitas cometidas por indivíduos em posições sociais privilegiadas. Esses delitos afetam a **economia**, o **mercado** e a **confiança pública**, exigindo análise criminológica própria.

Os crimes praticados por pessoas respeitáveis no exercício de funções profissionais revelam que **a criminalidade não é restrita às classes pobres**. Essa perspectiva amplia a compreensão do desvio, destacando o papel das oportunidades e do status social. A teoria de Sutherland derruba o mito de que só há crime onde há violência física.



As fraudes empresariais envolvem **manipulação de informações**, **desvio de recursos** e **enganos estratégicos** para obtenção de vantagem indevida. Esses delitos fragilizam instituições, afetam consumidores e podem gerar impactos econômicos profundos. A investigação exige análise técnica e rastreamento financeiro.



Práticas como **lavagem de dinheiro**, **corrupção** e **evasão fiscal** comprometem o funcionamento do Estado e distorcem a concorrência. Esses crimes geram **desigualdade**, **enfraquecem serviços públicos** e ampliam a sensação de **impunidade**. O combate demanda integração entre órgãos de controle.



QUANDO O PODER SE UNE À OPORTUNIDADE, O CRIME DE COLARINHO BRANCO ENCONTRA **TERRENO FÉRTIL** PARA PROSPERAR SILENCIOSAMENTE.

Perfil e motivação do agente de colarinho branco

O autor desse tipo de crime costuma atuar em **ambientes formais**, explorando confiança, sigilo e complexidade técnica. Suas ações não se baseiam em impulsos momentâneos, mas em cálculos racionais e busca por ganhos financeiros elevados. A baixa visibilidade social dessas condutas favorece sua **continuidade** e **dificulta a percepção imediata** do dano.

DICA

PERÍCIA E PERITO



LESÕES CAUSADAS POR ENERGIA ELÉTRICA

→ As lesões provocadas pela energia elétrica acontecem quando o **corpo entra em contato com a corrente elétrica**. A gravidade dessas lesões varia de acordo com a **intensidade** da **corrente**, o **tempo de exposição** e o **trajeto** que a eletricidade percorre pelo corpo.

→ Essas lesões podem ser originadas por **fontes naturais** (como raios) ou **causas artificiais**, como acidentes em ambientes industriais ou domésticos.

Classificação das Lesões Causadas por Energia Elétrica:

⚡ ELETRICIDADE NATURAL (CÓSMICA)

Neste tipo de exposição, a vítima enfrenta tanto os **efeitos diretos** da eletricidade quanto os **efeitos secundários** da onda de choque causada pela ionização do ar e a intensa luminosidade. Semelhante ao efeito de explosões, a vítima pode ser arremessada pela onda de choque, sofrendo lesões contundentes.

- **Fulminação**: Quando uma descarga elétrica natural causa uma fatalidade.
- **Fulguração**: Lesões de qualquer gravidade causadas por eletricidade natural.

O **sinal de Lichtenberg** é um marcador característico desse tipo de lesão, com padrões ramificados semelhantes a uma árvore ou samambaia, e inflamação dos vasos sanguíneos locais.



⚡ ELETRICIDADE INDUSTRIAL (ELETROPLESSÃO)

As **lesões de eletroplessão** são comuns em ambientes residenciais e industriais, especialmente entre trabalhadores da área elétrica e crianças em casa. As marcas deixadas por esse tipo de lesão possuem características distintas, como o sinal de Jellinek.

O **sinal de Jellinek** é uma lesão circular ou estrelada, geralmente indolor, com bordas elevadas e uma textura seca e dura. A coloração dessa marca pode variar entre tons de amarelo-castanho ou branco-amarelado.



DICA MEDICINA LEGAL

DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS

Os documentos médico-legais são registros técnicos que formalizam informações médicas com relevância jurídica 📄.

A banca adora **cobrar diferença entre eles — atenção!** 👁️

ATESTADO MÉDICO

- ✓ Declara um fato médico
- ✓ Ex.: doença, lesão, afastamento
 - Simples e objetivo

PRONTUÁRIO MÉDICO

- ✓ Registro completo da assistência prestada ao paciente
- ✓ Contém exames, evoluções e condutas

📌 **PODE SER USADO COMO PROVA (EX.: LEI MARIA DA PENHA)**

RELATÓRIO MÉDICO

- ✓ Descreve fatos, atendimentos e procedimentos
- ✓ Não possui caráter pericial
 - É descritivo, não conclusivo

PARECER MÉDICO

- ✓ Documento opinativo
- ✓ Analisa situação técnica específica
 - Muito usado por assistentes técnicos

LAUDO PERICIAL

- ✓ Documento técnico oficial
- ✓ Elaborado por perito
- ✓ Responde aos quesitos
- ✓ Possui valor probatório

⚠️ ATENÇÃO DE BANCA

- ✗ **Relatório e atestado não** substituem o **laudo pericial**
- ✓ Podem, em alguns casos, fundamentar **exame indireto**

DICA

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS – PARTE V

LXXI - conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

Previsão constitucional: Art. 5º, LXXI, CF.

MANDADO DE INJUNÇÃO

O que, afinal é injunção?

O mandado de injunção é **uma ordem para criar uma lei** que aplique os direitos contidos na Constituição. Esse remédio constitucional **pretende suprir a falta de uma lei** que garanta o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das garantias relativas à nacionalidade.

Isso se deve ao fato de que, quando uma lei infraconstitucional (lei de menor força que a Constituição) não é editada ou complementada, o exercício desses direitos pode ser limitado ou mesmo impedido na prática.

A Constituição Federal, por exemplo, **assegura o direito à educação**. No entanto, este direito é **concretizado e posto em prática através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Logo, é por meio da LDB que o direito à educação prometido em nossa Constituição é cumprido.



previsão constitucional



ausência de norma reguladora



mandado de injunção

exemplo prático de como funciona o mandando de injunção

Se a LDB **não existisse e o direito à educação não fosse implementado**, seria possível **solicitar um mandado de injunção** para que, por meio de uma notificação do Poder Judiciário, o Poder Legislativo pudesse deixar de se omitir e **criar uma lei que cumprisse a promessa constitucional**.



DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE IV

CONDIÇÃO JURÍDICA DO NACIONALIZADO



Conforme estabelecido pelo artigo 12, parágrafo 2º da Constituição de 1988, "a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição."



"Em essência, isso significa que tanto os brasileiros natos quanto os naturalizados **devem ser tratados de maneira igualitária**. Qualquer discriminação entre essas categorias de cidadãos somente **é permitida nos cenários expressamente contemplados** na própria Constituição."

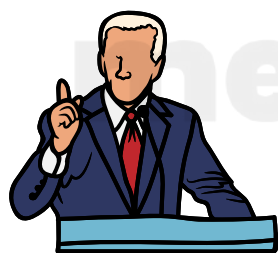


Portanto, leis que estabeleçam diferenciações entre brasileiros natos e naturalizados são claramente inconstitucionais.



Uma das principais áreas em que ocorre distinção entre brasileiros natos e naturalizados refere-se à ocupação de determinados cargos públicos, como previsto no artigo 12, parágrafo 3º, da Constituição de 1988.

São privativos de brasileiro nato os cargos:

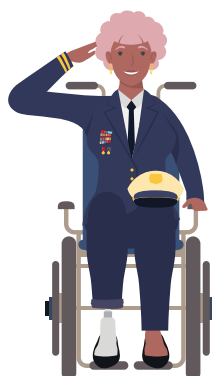


de Presidente e Vice-Presidente da República;

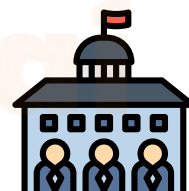
de Presidente da Câmara dos Deputados;

de Presidente do Senado Federal;

da carreira diplomática;



de oficial das Forças Armadas;



de Ministro de Estado da Defesa.

de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

LEMBRE-SE!

Os cargos mencionados acima compõem uma lista taxativa. Aqueles que não estão inclusos na lista não requerem que a pessoa seja um brasileiro nato para ocupá-los.

DICA

**DA NACIONALIDADE
PARTE VI**

LÍNGUA E SÍMBOLOS OFICIAIS

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º - São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!



DICA

PODER DE POLÍCIA

ATENÇÃO!

Esse é um dos poderes que mais é cobrado em prova!



O poder de polícia é um dos poderes mais relevantes no campo do direito administrativo. Ele **confere à administração pública a autoridade para regulamentar, fiscalizar e controlar as atividades dos indivíduos e entidades** de maneira a garantir o bem-estar da sociedade, a ordem pública, a segurança, a saúde pública e outros interesses coletivos.

Esse poder **não se relaciona apenas com a atuação das forças policiais, mas engloba uma gama mais ampla de funções administrativas que visam equilibrar o direito individual com o interesse coletivo.**



Algumas das áreas em que o poder de polícia é aplicado incluem o **licenciamento de estabelecimentos comerciais, a regulação de tráfego, a proteção do meio ambiente, a fiscalização de construções e a promoção da saúde pública.**

O poder de polícia é **exercido de forma discricionária pela administração pública, permitindo que ela imponha restrições e condições às atividades privadas** quando necessário para o bem público. No entanto, **essa atuação deve ser pautada pela legalidade, proporcionalidade e respeito aos direitos fundamentais** dos indivíduos.

Portanto, o poder de polícia é um **instrumento importante para manter a ordem, a segurança e o equilíbrio** na sociedade, garantindo que os interesses individuais não prejudiquem o interesse coletivo.





DICA

CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS



Os **atos administrativos** podem ser **classificados** de diversas maneiras com base em diferentes critérios.



Quanto à **Vontade da Administração**

Vinculados: São aqueles em que a administração está adstrita a cumprir exatamente o que a lei determina, sem margem de discricionabilidade.

Discricionários: São aqueles em que a administração tem certa margem de liberdade para escolher entre diferentes alternativas, desde que esteja dentro dos limites legais e do interesse público.



Quanto à Forma de **Expressão:**

Expressos: São aqueles que são manifestados de forma clara e direta, através de documentos escritos ou declarações verbais.

Tácitos: São aqueles que se manifestam através de condutas ou omissões da administração, sendo deduzidos a partir das circunstâncias.



Quanto ao **Destinatário:**

Gerais: São aqueles que se destinam a um número indeterminado ou indeterminável de pessoas, como regulamentos e normas gerais.

Individuais: São aqueles que têm um destinatário específico, como concessões, nomeações, entre outros.



Quanto aos **Efeitos:**

Constitutivos: Criam situações novas, como concessões de licenças.

Declaratórios: Confirmam ou reconhecem situações preexistentes.

Modificativos: Alteram situações preexistentes.

Extintivos: Põem fim a situações preexistentes.



DICA

AGENTES PÚBLICOS I

Os agentes públicos são indivíduos que desempenham funções em nome do Estado ou de entidades públicas, exercendo atividades relacionadas à administração pública. Eles desempenham papéis diversos e têm responsabilidades variadas de acordo com suas atribuições e cargos.

Os agentes públicos podem ser **divididos em diversas categorias**. Vamos conhecê-las?



Agentes Políticos

exercem funções políticas e de alta direção.



Agentes Administrativos

desempenham funções de gestão e execução das políticas públicas.

podem ser subdivididos em:

Servidores Efetivos: Aprovados em concurso público, ocupam cargos permanentes na administração.

Servidores Comissionados: São nomeados para cargos de confiança, sem necessidade de concurso público, e têm atribuições de gestão.

Empregados Públicos: Trabalham em empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Agentes Credenciados

atuam em colaboração com o poder público, como os médicos credenciados pelo SUS.



Agentes Delegados

exercem funções públicas em razão de contrato ou concessão, como os notários e os concessionários de serviços públicos.





DICA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA I

A improbidade administrativa é uma conduta ilegal e antiética cometida por agentes públicos ou particulares **que cause prejuízo ao erário, viole princípios da administração pública ou comprometa a honestidade e a integridade na gestão dos recursos e interesses públicos.**

É considerada uma **forma grave de corrupção e má conduta no exercício de funções públicas**



A Lei nº 8.429/1992 define **três tipos de improbidade administrativa**, cada um com suas próprias características:



Enriquecimento ilícito: Consiste no ato de **obter vantagem patrimonial indevida em decorrência do exercício de cargo, emprego, função ou mandato público**. Isso pode incluir o desvio de recursos públicos, suborno, nepotismo, entre outras práticas que visam ao benefício pessoal em detrimento do interesse público.



Prejuízo ao erário: Envolve **causar dano aos cofres públicos por meio de ações que resultem em perda de recursos**, seja por desvio, malversação ou mau uso do dinheiro público.



Violação de princípios da administração pública: Refere-se a **condutas que violem os princípios constitucionais que norteiam a atuação da administração pública**, como legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Isso pode incluir atos que favoreçam indevidamente interesses particulares, nepotismo, direcionamento de licitações, entre outros comportamentos que ferem a ética e a lisura na administração.

DICA

DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

TÉRMINO DE TRATAMENTO DE DADOS



O Artigo 15 da LGPD estabelece as **condições para o término do tratamento de dados pessoais**, enquanto o Artigo 16 define as **situações em que os dados pessoais podem ser eliminados** após o término do tratamento. Vamos analisar ambos:

Artigo 15 - Término do tratamento de dados pessoais:

- O tratamento dos dados pessoais deve **cessar quando for verificado que a finalidade para a qual foram coletados foi alcançada**, ou quando os dados **deixarem de ser necessários ou pertinentes** para essa finalidade específica.
- O tratamento dos dados **deve cessar ao término do período estabelecido** para essa atividade.
- O tratamento dos dados **deve cessar caso o titular comunique sua decisão de revogar o consentimento**, conforme previsto no § 5º do art. 8º da LGPD, respeitando-se o interesse público.
- O tratamento dos dados **deve cessar caso haja determinação da agência nacional**, especialmente em casos de violação das disposições da LGPD.

Artigo 16 - Eliminação dos dados pessoais:

- Os dados pessoais podem ser eliminados **após o término do tratamento**, **exceto** se **houver obrigação legal ou regulatória** que determine sua conservação.
- Os dados pessoais podem ser **mantidos para estudos por órgão de pesquisa**, desde que seja garantida a anonimização dos dados sempre que possível.
- Os dados pessoais podem ser **transferidos a terceiros**, desde que respeitados os requisitos de tratamento de dados estabelecidos na LGPD.
- Os dados pessoais podem ser **mantidos para uso exclusivo do controlador**, desde que seja **vedado o acesso por terceiros e que os dados estejam anonimizados**.

JÁ CAIU EM PROVA!!!



DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 III

LEI Nº 12.527/2011 III



Se a **informação estiver disponível**, deve ser **providenciada imediatamente** ao requerente.

PRAZO DA RESPOSTA:

Conforme a Lei de Acesso à Informação, o órgão público tem até **20 dias** para fornecer a resposta ao solicitante, podendo ser prorrogado por mais **10 dias em situações excepcionais**, devidamente justificadas.



RESPOSTA AO SOLICITANTE:

O órgão ou entidade pública deve responder ao solicitante dentro do prazo estabelecido, disponibilizando a informação solicitada, negando o acesso (se protegida por sigilo legal) ou informando sobre a inexistência da informação.

RECURSO:

Caso haja insatisfação com a resposta ou ausência dela, o solicitante pode recorrer ao órgão que recebeu o pedido, dentro de **10 dias** a partir da resposta ou do término do prazo estipulado.

TRANSPARÊNCIA ATIVA:

Além dos pedidos de informação, os órgãos públicos devem divulgar proativamente informações de interesse público pela internet, promovendo a transparência ativa.

DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



MODALIDADES DE LICITAÇÃO



Das diversas definições expostas na Lei n. 14.133/2011, estamos agora diante das mais temidas e mais cobradas nos concursos públicos.

As modalidades de licitação têm a função de definir o **procedimento e o fluxo processual** a serem seguidos, de maneira específica, ao longo de uma determinada licitação.

Lembre-se com a **efetivação da Lei n. 14.133/2021**, passamos a dispor de **somente cinco modalidades de licitação**.

5



1 Concorrência: É a modalidade de licitação **destinada a contratações de grande vulto**, onde qualquer interessado pode participar e os critérios de julgamento estão previamente estabelecidos no edital.



2 Concurso: Utilizado para **escolha de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos**, com a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores.



3 Diálogo Competitivo: Modalidade em que **a administração pública dialoga com licitantes previamente qualificados para desenvolver uma ou mais soluções adequadas às suas necessidades**, seguido por uma fase de apresentação das propostas finais.



4 Pregão: Modalidade destinada à **aquisição de bens e serviços comuns**, onde os licitantes apresentam propostas de preços em sessão pública, sendo a adjudicação feita ao licitante que ofertar a proposta mais vantajosa.



5 Leilão: Modalidade destinada à **venda de bens inservíveis** para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

PODE USAR TAMBÉM PROCEDIMENTOS AUXILIARES (ART. 78).



ATENÇÃO!

- Não pode criar outras modalidades.
- Não pode misturar modalidades.

DICA

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

ESTRUTURA DA DUDH

O que é?



✓ A Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por 30 artigos, organizados de forma lógica:

- ♦ Art. 1º a 2º → **princípios gerais**
- ♦ Art. 3º a 21 → **direitos civis e políticos**
- ♦ Art. 22 a 30 → **direitos econômicos, sociais e culturais**

Direitos civis e políticos

INCLUEM, ENTRE OUTROS:

- ✓ DIREITO À **VIDA**
- ✓ **LIBERDADE** E SEGURANÇA PESSOAL
- ✓ PROIBIÇÃO DA **ESCRavidÃO**
- ✓ PROIBIÇÃO DA **TORTURA**
- ✓ **IGUALDADE** PERANTE A LEI
- ✓ DEVIDO **PROCESSO LEGAL**
- ✓ PRESUNÇÃO DE **INOCÊNCIA**
- ✓ LIBERDADE DE **PENSAMENTO, RELIGIÃO E EXPRESSÃO**
- ✓ **DIREITOS POLÍTICOS** (VOTO E PARTICIPAÇÃO)

⚡ **ATENÇÃO: SÃO DIREITOS LIGADOS À LIBERDADE INDIVIDUAL E À PROTEÇÃO CONTRA ABUSOS DO ESTADO.**

Direitos econômicos, sociais e culturais

INCLUEM:

- ✓ DIREITO AO **TRABALHO**
- ✓ DIREITO À **EDUCAÇÃO**
- ✓ DIREITO À **SEGURIDADE SOCIAL**
- ✓ DIREITO À **CULTURA**



⚡ A BANCA COSTUMA COBRAR QUE ESSES DIREITOS POSSUEM **EFETIVAÇÃO PROGRESSIVA**, CONFORME A **CAPACIDADE DO ESTADO**.

Os **direitos previstos** na DUDH:

⚠ **Não são absolutos**

✓ Podem sofrer **limitações legais**

✓ Devem respeitar a **moral**, a **ordem pública** e o **bem-estar geral**

Pegadinha clássica: marcar como "absolutos" ❌

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992

PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992

Vamos falar sobre o famoso Pacto de São José da Costa Rica? Ele é uma **referência** quando o assunto é **Direitos Humanos** e já faz parte do **nosso ordenamento** desde 1992.

○ **Brasil se compromete a cumprir a Convenção inteira**, sem tirar nem pôr.



Parte I – Deveres dos Estados e Direitos Protegidos

- **Capítulo I:** Deveres Básicos
- ✨ **Artigo 1:** Os Estados devem **garantir** os **direitos** de todos, **sem discriminação**. Ou seja, vale para todos: independente de raça, cor, sexo, religião, e por aí vai!
- ✨ **Artigo 2:** Se os direitos ainda não estão garantidos por leis locais, bora criar ou ajustar as normas!

Capítulo II: Direitos Cíveis e Políticos

✨ **Artigo 3:** Direito ao **reconhecimento** da **personalidade jurídica**. Afinal, todo ser humano merece ser visto como tal!

✨ **Artigo 4:** O direito à **vida** é essencial e protegido desde a concepção. Detalhes:

- A **pena de morte**? Só em casos gravíssimos e conforme a lei vigente na época do crime.
- Proibida para **menores** de **18**, **maiores** de **70** anos e **grávidas**.

💡 AQUI, A **PRESERVAÇÃO DA VIDA É REGRA**, E A **PENA DE MORTE É EXCEÇÃO**, APLICADA COM MUITAS RESTRIÇÕES.

✨ **Artigo 5:** Direito à integridade física, psíquica e moral:

- Nada de tortura!
- Processados e condenados devem ficar separados, e menores não podem ser misturados com adultos.

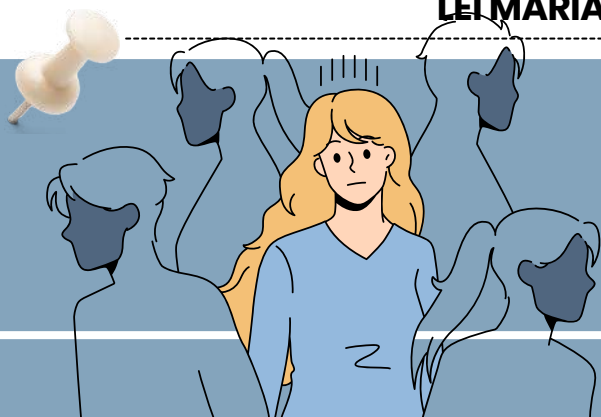
✨ **Artigo 6:** Sem chance para escravidão ou trabalhos forçados. Porém, existem **exceções** que **não violam a dignidade**, como:

- Trabalhos impostos por **sentença judicial**.
- **Serviço militar** (ou alternativa civil).
- Serviços em **situações de emergência** (tipo desastres naturais).



DICA

LEI MARIA DA PENHA - LEI N. 11.340/06



DEFINIÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

→ A violência **doméstica** e **familiar** contra a mulher ocorre em situações em que há ação ou omissão baseada no gênero, que resulte em:

- **Morte**;
- **Lesão** (física ou psicológica);
- Sofrimento **físico**, **sexual** ou **psicológico**;
- Dano **moral** ou **patrimonial**.

Âmbitos de ocorrência:

Unidade doméstica:

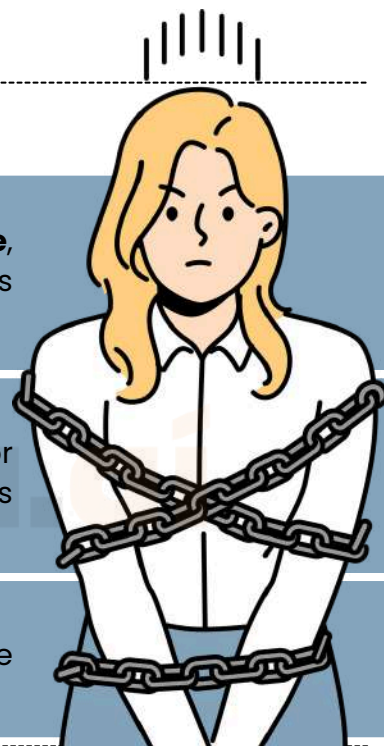
- Espaço onde **pessoas convivem de forma permanente, com ou sem vínculo familiar** (inclui até mesmo aquelas que moram temporariamente no local).

Família:

- Conjunto de pessoas que se consideram **ligadas** por **laços de parentesco** (naturais, afinidade ou expressos por vontade própria).

Relação íntima de afeto:

- Relações de **convivência** ou **convivência passada** entre agressor e vítima, mesmo que não morem juntos



AS RELAÇÕES CITADAS **INDEPENDEM DE ORIENTAÇÃO SEXUAL**. OU SEJA, CASAIS HETEROSSEXUAIS E HOMOAFETIVOS ESTÃO IGUALMENTE INCLUÍDOS NA PROTEÇÃO DA LEI.

SÚMULA 600 DO STJ

REFORÇA QUE **NÃO É NECESSÁRIO** QUE AUTOR E VÍTIMA MOREM JUNTOS PARA QUE SEJA CONFIGURADA A **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**.

A **violência doméstica e familiar contra a mulher é reconhecida** como uma **forma de violação dos direitos humanos**.

→ Antes, o **feminicídio** era uma qualificadora do **crime de homicídio**, prevendo pena de 12 a 30 anos de reclusão. Com a nova lei, ele passa a ser considerado um **crime autônomo, com pena aumentada para 20 a 40 anos de reclusão**.

DICA

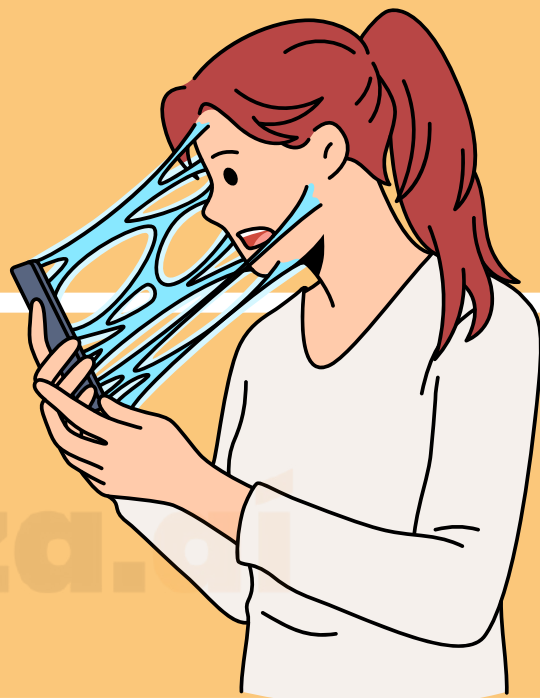
LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/96

LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/96

quando não pode ser feita a interceptação?

→ A interceptação não será permitida nas seguintes situações:

- **Se não houver indícios de crime:** Ou seja, a polícia não pode apenas suspeitar de algo, ela precisa ter evidências mínimas de que a pessoa está envolvida em um crime.
- **Exemplo:** Se alguém só "tem uma dúvida" de que a pessoa está cometendo um crime, a interceptação não pode ser feita.
- **Se a prova puder ser obtida de outra forma:** Se a polícia consegue a mesma prova de outro jeito, sem invadir a privacidade das pessoas, a interceptação é descartada.
- **Exemplo:** Se, em vez de ouvir as conversas, a polícia consegue pegar provas em um local público ou por outras investigações, a interceptação não será necessária.



- **Se o crime for leve:** Para crimes mais leves, como os que são punidos com pena de detenção (penas menores, em comparação com reclusão), a interceptação não pode ser autorizada.
- **Exemplo:** Se a pessoa está sendo investigada por um crime de menor gravidade, a interceptação telefônica não será usada.

DICA

LEI Nº 10.826/2003 – ESTATUTO DO DESARMAMENTO

AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO



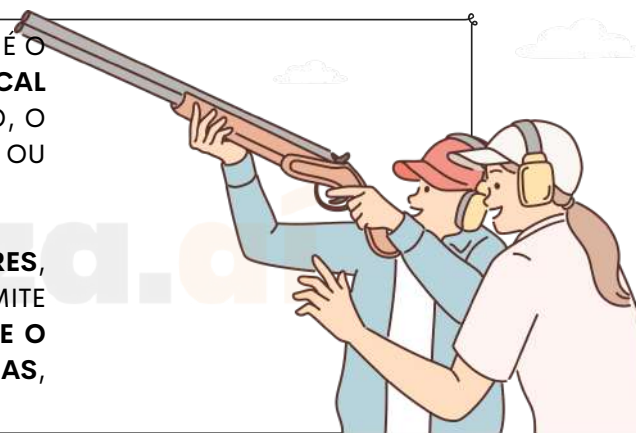
O Estatuto do Desarmamento estabelece os requisitos para a aquisição de armas de uso permitido:



- Declaração de **necessidade**.
- **Idoneidade**: Comprovação por **certidões negativas** de **antecedentes criminais**.
- Comprovação de **ocupação lícita** e **residência fixa**.
- Capacidade **técnica** e **aptidão psicológica** para o manuseio da arma.

POSSE DE ARMA DE FOGO

- O **REGISTRO DA ARMA DE FOGO** PERMITE A **POSSE**, QUE É O DIREITO DE **MANTER A ARMA NA RESIDÊNCIA** OU NO **LOCAL DE TRABALHO**. PARA MANTÊ-LA NO LOCAL DE TRABALHO, O TITULAR DO REGISTRO DEVE SER O **PROPRIETÁRIO** OU **RESPONSÁVEL LEGAL** PELO **ESTABELECIMENTO**.
- EM ALGUNS CASOS, COMO PARA **CAÇADORES, ATIRADORES E COLECIONADORES**, A LEGISLAÇÃO PERMITE O PORTE DE ARMA DE FOGO DURANTE O **TRAJETO ENTRE O LOCAL DE GUARDA E ATIVIDADES AUTORIZADAS**, CONFORME ESTABELECIDO NO DECRETO 10.030/2019.



PORTE DE ARMA DE FOGO



O porte refere-se ao direito de **portar a arma fora de casa** ou do **trabalho**. De acordo com o Estatuto, ele é concedido em casos como:

1. **Função pública de segurança**.
2. **Defesa pessoal**.

Para solicitar o porte, o interessado deve demonstrar **necessidade por exercer atividade de risco** ou por **ameaça à sua integridade física**, além de cumprir com os demais requisitos legais.

O PORTE PODE SER **TEMPORÁRIO** E **LIMITADO GEOGRAFICAMENTE**, E **SERÁ AUTOMATICAMENTE SUSPENSO** EM CASO DE **EMBRIAGUEZ** OU **USO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS**.



DICA

BENEFÍCIOS



DA EXECUÇÃO PENAL

Os benefícios da execução penal consistem em direitos concedidos ao apenado que atendam a requisitos legais, visando progressão e reintegração social.

É **regra** reconhecer como benefícios a progressão de regime, livramento condicional, remição, saídas temporárias e indulto. Constitui **condição específica** o cumprimento dos requisitos legais próprios de cada instituto. Os benefícios não são automáticos, dependendo de análise individualizada.

É **regra** exigir o cumprimento de requisitos objetivos (fração da pena) e subjetivos (bom comportamento). Constitui **condição específica** a comprovação mediante documentos e avaliação da administração penitenciária. Constitui **exceção** a concessão sem requisitos, vedada pelo ordenamento jurídico.



A concessão depende de decisão do juiz da execução, após manifestação do Ministério Público e da defesa. É **regra** a formalização por meio de requerimento ou análise de ofício pelo magistrado. Constitui **condição específica** a instrução adequada com informações atualizadas do apenado.

⚠ DESSA FORMA, A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EXIGE CONTROLE JURISDICIONAL E VERIFICAÇÃO RIGOROSA DOS REQUISITOS LEGAIS.

Revogação e perda dos benefícios

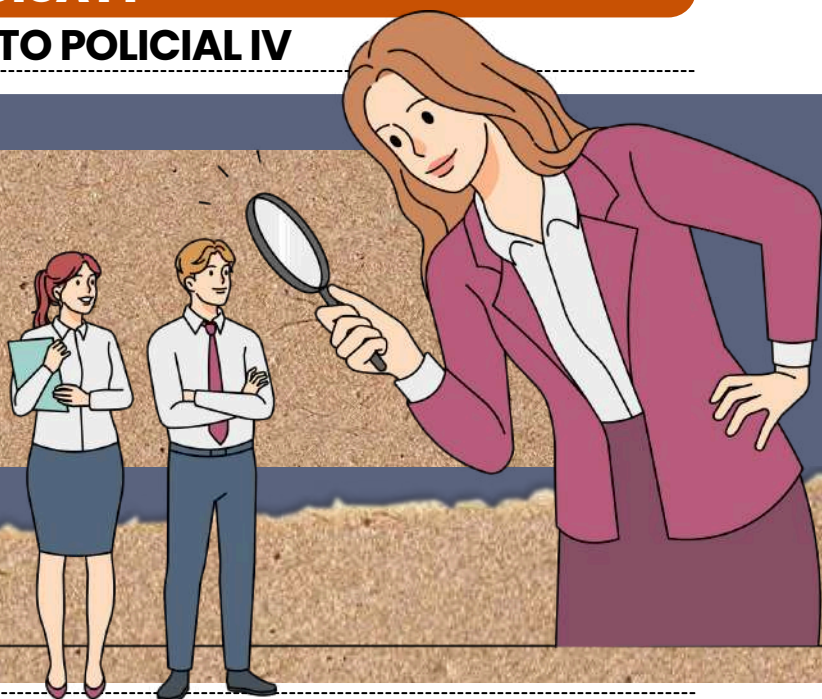
Os benefícios podem ser revogados em caso de descumprimento das condições ou prática de falta grave. É **regra** a instauração de procedimento com garantia de contraditório e ampla defesa. Constitui **exceção** a revogação automática, sendo **indispensável decisão judicial fundamentada**.



DICA 14

INQUÉRITO POLICIAL IV

PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL



ENTENDENDO O PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

O procedimento do inquérito policial é regulamentado pelos artigos 4º ao 23 do CPP, e **tem início com a instauração do procedimento pela autoridade policial**, que pode ser um delegado de polícia ou outra autoridade com poderes de polícia judiciária. As fases do inquérito policial são as seguintes:



ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

- A **portaria** é utilizada para **instaurar o inquérito policial** e **deve descrever o fato investigado, indícios de autoria e materialidade, e as diligências** a serem realizadas.
- A autoridade policial **deve realizar diligências investigatórias**, como coletar elementos de prova e interrogar suspeitos.
- Os passos a serem seguidos após as diligências da autoridade policial incluem a **elaboração de um relatório final, o envio deste relatório ao Ministério Público** para avaliação e, se houver elementos suficientes, o oferecimento de denúncia diretamente ao Poder Judiciário.
- Caso contrário, **o Ministério Público pode solicitar o arquivamento do inquérito policial**.



SÚMULA Nº 524 DO STF: SE UM INQUÉRITO POLICIAL FOR ARQUIVADO POR ORDEM DO JUIZ, A PEDIDO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, **NÃO É POSSÍVEL INICIAR UMA AÇÃO PENAL SEM NOVAS PROVAS.**



DICA

DAS PROVAS II

PRINCÍPIOS RELACIONADOS ÀS PROVAS

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS PROVAS NO DECORRER DO PROCESSO PENAL

Dentro do processo penal, existem princípios que devem ser seguidos. São eles:

Princípio da Proporcionalidade
AS PROVAS DEVEM SER PROPORCIONAIS À GRAVIDADE DO CRIME E ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO.

Princípio da Comunhão da Prova
A PROVA PRODUZIDA EM UMA AÇÃO PENAL DEVE SER COMPARTILHADA ENTRE AS PARTES, GARANTINDO O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO

Princípio da Autorresponsabilidade das Partes
AS PARTES SÃO RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO DE SUAS PRÓPRIAS PROVAS, ARCANDO COM OS ÔNUS E RISCOS DECORRENTES DE SUA ESCOLHA PROCESSUAL.

Princípio da Oralidade
AS PROVAS DEVEM SER PRODUZIDAS ORALMENTE EM AUDIÊNCIA, EXCETO NOS CASOS EM QUE A LEI AUTORIZA A PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA.

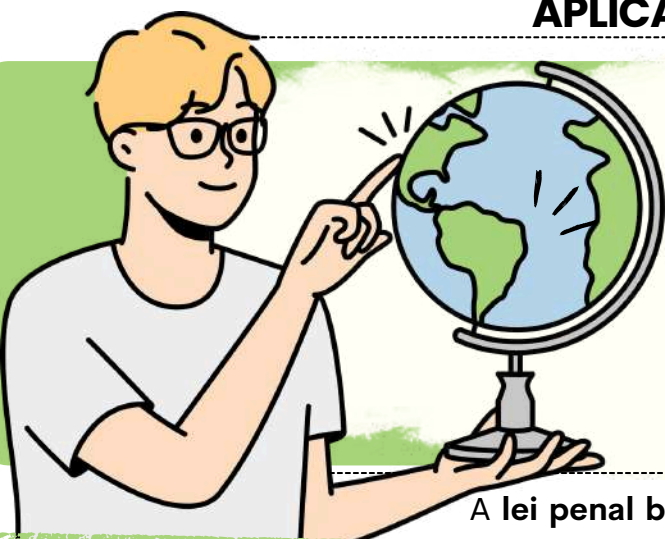
Princípio da Liberdade Probatória.

AS PARTES SÃO LIVRES PARA PRODUZIR AS PROVAS QUE JULGAREM NECESSÁRIAS PARA A DEFESA DE SEUS INTERESSES, DESDE QUE OBSERVADAS AS REGRAS PROCESSUAIS E OS LIMITES LEGAIS.

Princípio da Favor Rei
EM CASO DE DÚVIDA NA INTERPRETAÇÃO DA PROVA, ESTA DEVE SER INTERPRETADA DE FORMA MAIS FAVORÁVEL AO RÉU.

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL VI



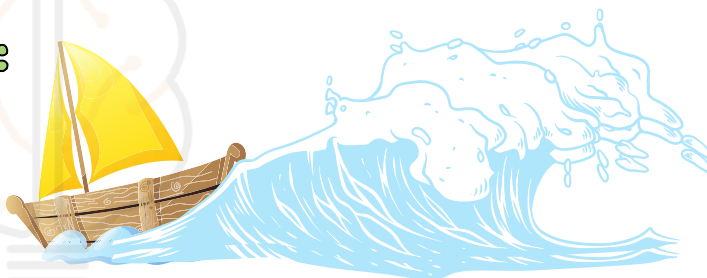
TERRITÓRIO BRASILEIRO

A lei penal brasileira é aplicável em qualquer crime cometido dentro dos limites territoriais do país. Em geral, se alguém cometer um homicídio dentro do Brasil, será julgado de acordo com as leis brasileiras.

O QUE ESTÁ COMPREENDIDO DENTRO DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NACIONAL?

TERRITÓRIO PROPRIAMENTE DITO:

- **Superfície** terrestre;
- **Mar** territorial - até 12 milhas;
- **Águas** interiores;
- **Espaço aéreo** correspondente ;



TERRITÓRIO POR EXTENSÃO:

- **Embarcações e aeronaves** pertencentes ao governo brasileiro, independentemente de sua localização.
- **Embarcações e aeronaves registradas no Brasil, de propriedade privada**, que estejam navegando em alto-mar ou sobrevoando o espaço aéreo correspondente.

- SE UM CRIME OCORRER EM UM **AVIÃO PÚBLICO BRASILEIRO NO ESPAÇO AÉREO DE OUTRO PAÍS**, OS INFRATORES **SERÃO JULGADOS PELAS LEIS BRASILEIRAS**.
- MAS SE O CRIME OCORRER EM UM **AVIÃO PARTICULAR BRASILEIRO NO ESPAÇO AÉREO DE OUTRO PAÍS**, AS LEIS BRASILEIRAS **SÓ SERÃO APLICÁVEIS SE A AERONAVE ESTIVER EM SOLO OU ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO OU NO ALTO-MAR (ÁGUAS INTERNACIONAIS)**.



Há situações em que um crime será cometido no Brasil e que não haverá aplicação da lei penal brasileira. São os casos em que **há convenções, tratados e regras do direito internacional** que dispõem especificamente sobre essas situações.

DICA

PENAS E SEUS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO I

ESPÉCIES DE PENA



PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

As penas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme o art. 32 do CP, são: **privativa de liberdade, restritiva de direitos e multa.**

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

A privação de liberdade é uma forma de punição adotada pelo Código Penal, que tem como objetivo **restringir a liberdade de locomoção do condenado por um tempo determinado**. Esta medida tem como finalidade a **reinserção do indivíduo na sociedade e a prevenção de reincidência**.

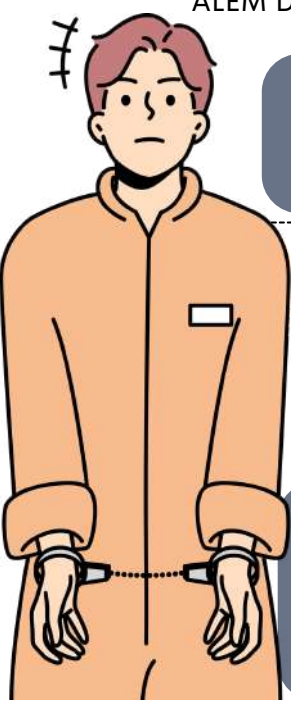
EXISTEM **TRÊS TIPOS DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE** PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO PENAL:

- **Reclusão** – para crimes graves; ADMITE O **REGIME INICIAL FECHADO**
- **Detenção** – para os crimes menos graves e **NÃO ADMITE O REGIME INICIAL FECHADO**
- **Prisão simples** – para as contravenções penais. **NÃO ADMITE O REGIME FECHADO**

ALÉM DISSO, O CÓDIGO PENAL ESTABELECE **TRÊS REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA**:

- **Fechado** – em presídios de segurança máxima;
- **Semiaberto** – em colônias agrícolas, industriais ou similares e
- **Aberto** – em casas de albergado ou similares.

A Pena Privativa de Liberdade é uma punição imposta a indivíduos condenados por um juiz competente, que restringe a sua liberdade de locomoção. Este tipo de penalidade **é aplicado a crimes mais graves, e pode ser cumprido através de diferentes regimes de reclusão: fechado, semiaberto e aberto, ou detenção.**



→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

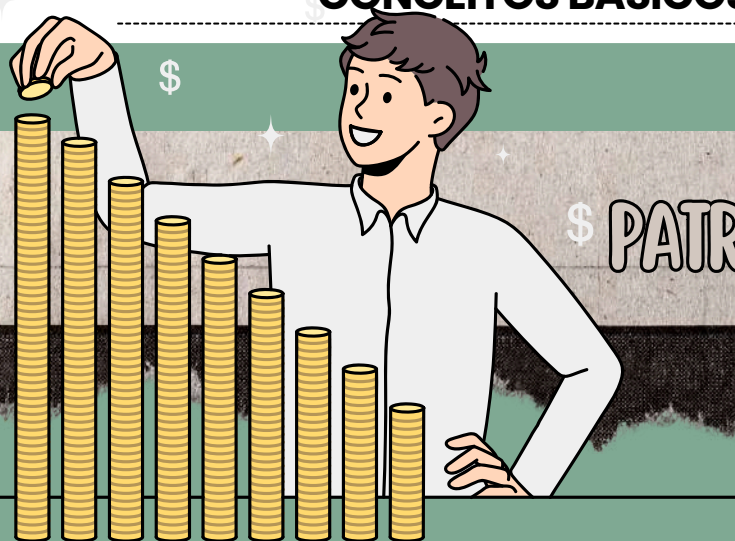


AGENTE

memoriza.ai

DICA

CONCEITOS BÁSICOS DA CONTABILIDADE IV



\$ PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é uma medida contábil que representa a situação líquida do patrimônio de uma entidade. Em outras palavras, é o valor restante dos ativos da empresa após a dedução de todos os passivos exigíveis.

- A FÓRMULA PARA O CÁLCULO DO PL É SIMPLES: **BENS + DIREITOS – OBRIGAÇÕES**.

É importante notar que o PL é, estruturalmente, uma **sobra**. Isso significa que, **dos bens e direitos totais da empresa, são deduzidas as dívidas, o que resulta no valor do capital próprio da entidade**.

- É por isso que o Patrimônio Líquido é frequentemente referido como o **CAPITAL PRÓPRIO da empresa**.
- A teoria da entidade determina que o **patrimônio da empresa é composto pelo Capital Próprio mais o Passivo**.

ESQUEMA PARA MELHOR ENTENDIMENTO

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

Bens + Direitos

PASSIVOS

Obrigações

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital próprio



O PATRIMÔNIO TOTAL DE UMA EMPRESA É COMPOSTO POR **RECURSOS DE TERCEIROS (PASSIVO) E DOS PROPRIETÁRIOS (PL)**.

DICA

DRE E DRA V



O Custo da Mercadoria Vendida (CMV) é tratado como uma **despesa na apuração do resultado**, mas é **apresentado separadamente como o custo das vendas**.



A **superavaliação ou subavaliação dos estoques** afetam diretamente o CMV e, consequentemente, o **Resultado com Mercadorias**.



O valor líquido das compras é **calculado a partir das compras brutas, adicionando despesas que geralmente constam na nota fiscal e subtraindo impostos recuperáveis**, descontos obtidos, devoluções de compras e compras canceladas.

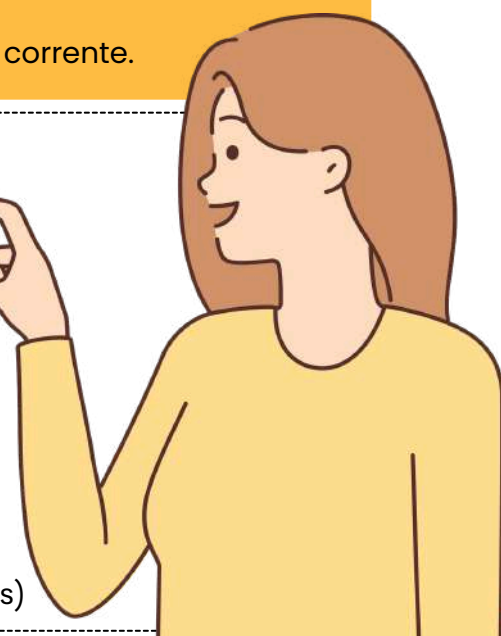
É CALCULADO PELA SEGUINTE **FÓRMULA**:

CMV = Estoque Inicial + COMPRAS LÍQUIDAS – Estoque Final

- O **Estoque Inicial** é o montante apresentado como estoque final no exercício passado.
- O **Estoque Final** é levantado pelo inventário do exercício corrente.

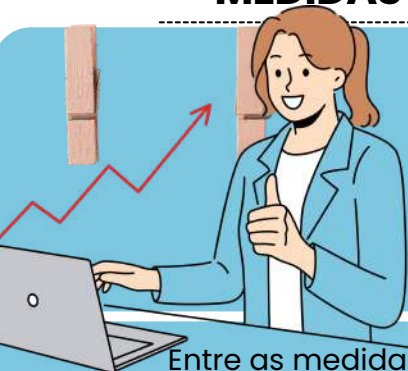
COMPONENTES DA **COMPRA LÍQUIDA**:

- Compras (+)
- Frete sobre compras (+)
- Seguro sobre compras (+)
- Carga e descarga de mercadorias compradas (+)
- Impostos/taxas/tarifas de importação (-)
- Descontos e abatimentos obtidos na compra (-)
- Desconto comercial obtido (-)
- Devolução de compras (-)
- Compras canceladas (-)
- Impostos recuperáveis (ICMS/PIS/Cofins sobre compras)



DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL (MEDIDAS DESCRITIVAS)



MÉDIA PONDERADA

o que é isso?

Entre as medidas centrais, a mais utilizada é a média. Existem vários tipos de média, mas as mais comuns são a **média aritmética simples** e a **média aritmética ponderada**.

Na média aritmética ponderada, são atribuídos **pesos** para cada um dos valores. Quanto **maior for o peso**, maior será a **influência daquele determinado dado** no valor da média aritmética ponderada.

Para calcular a média aritmética ponderada, utilizamos a fórmula:

$$\bar{x} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \dots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n}$$

Para calcular a média ponderada, calculamos o **produto de cada valor por seu respectivo peso** e, depois, calculamos a soma entre esses produtos e dividimos pela soma dos pesos.

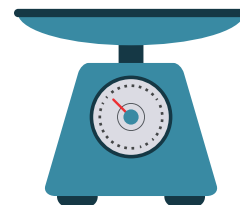
- ✓ $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n \longrightarrow$ Pesos
- ✓ $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n \longrightarrow$ Valores do conjunto

EXEMPLO NA PRÁTICA:

Durante uma seleção de professores, a prova era dividida em algumas etapas, e cada uma delas tinha um peso. O candidato vencedor seria o que alcançasse maior nota. Vamos encontrar, então, o candidato que possui maior média.



Prova de língua estrangeira $\rightarrow$ **peso 1**
 Prova prática $\rightarrow$ **peso 2**
 Prova específica da área $\rightarrow$ **peso 3**
 Análise de currículo $\rightarrow$ **peso 4**



✓ OS CANDIDATOS ARMANDO E BELCHIOR TIVERAM AS SEGUINTE NOTAS:

CRITÉRIOS	AMANDO	BELCHIOR
LÍNGUA ESTRANGEIRA	10	6
PROVA PRÁTICA	9	7
PROVA ESPECÍFICA	8	8
ANÁLISE DE CURRÍCULO	7	10

Então, calcularemos as médias:

$$\bar{x}_A = \frac{1 \cdot 10 + 2 \cdot 9 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 7}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_A = \frac{10 + 18 + 24 + 28}{10}$$

$$\bar{x}_A = \frac{80}{10}$$

$$\bar{x}_A = 8,0$$

$$\bar{x}_B = \frac{1 \cdot 6 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 10}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_B = \frac{6 + 14 + 24 + 40}{10}$$

$$\bar{x}_B = \frac{84}{10}$$

$$\bar{x}_B = 8,4$$

O CANDIDATO QUE POSSUI **MAIOR MÉDIA** É O BELCHIOR, LOGO ELE SERÁ CONTRATADO.



DICA

MEDIDAS DESCRITIVAS(DISPERSÃO)

DESVIO PADRÃO

o que é isso?

O desvio padrão é definido como a raiz quadrada da variância. Desta forma, a unidade de medida do desvio padrão será a mesma da unidade de medida dos dados, o que não acontece com a variância.

Assim, o desvio padrão é encontrado fazendo-se:

$$DP = \sqrt{V}$$

- ✓ Quando todos os valores de uma amostra são iguais, o desvio padrão é igual a 0. Sendo que, quanto mais próximo de 0, menor é a dispersão dos dados.

EXEMPLO:

- ✓ Considerando ainda o exemplo anterior, vamos calcular o desvio padrão para as duas situações:

$$\left\{ \begin{array}{l} DP_a = \sqrt{28,67} = 5,35 \text{ anos} \\ DP_b = \sqrt{1,67} = 1,29 \text{ anos} \end{array} \right.$$

FESTA A - DADOS: 1 ANO, 2 ANOS, 2 ANOS, 12 ANOS, 12 ANOS E 13 ANOS

FESTA B - DADOS: 5 ANOS, 6 ANOS, 7 ANOS, 7 ANOS, 8 ANOS E 9 ANOS

Agora, sabemos que a variação das idades do primeiro grupo em relação a média é de aproximadamente **5 anos**, enquanto que a do **segundo grupo é de apenas 1 ano**.



PAPILOSCOPISTA

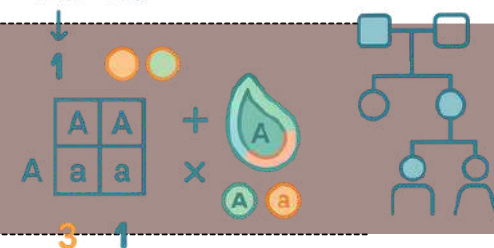
memoriza.ai

DICA

BIOLOGIA

PRIMEIRA LEI DE MENDEL, PROBABILIDADE GENÉTICA E ÁRVORES GENEALÓGICAS

$-Aa \times Aa$

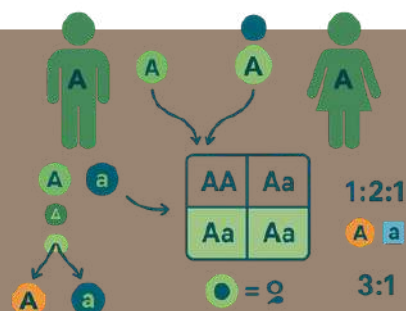


O QUE PRECISAMOS SABER?

A Primeira Lei de Mendel **explica como os alelos se separam na formação dos gametas e como isso determina os genótipos e fenótipos** dos descendentes. Para resolver questões, você precisa dominar cruzamentos simples, probabilidades básicas e a leitura correta de árvores genealógicas.

PRIMEIRA LEI DE MENDEL

Explica que cada **característica é controlada por dois alelos, herdados um do pai e outro da mãe**. Durante a formação dos gametas, esses alelos se separam (segregação), de modo que cada gameta recebe apenas um deles. Assim, **combinam-se genótipos como AA, Aa ou aa**, determinando o fenótipo observável, especialmente nos casos de **dominância completa, em que A domina a**.



Mono-híbrido Aa x Aa	1 AA : 2 Aa : 1 aa	3 dominantes : 1 recessivo
Heterozigoto x Recessivo Aa x aa	-	1:1 (50% dominante, 50% recessivo)

PROBABILIDADE GENÉTICA

Probabilidade genética é usada para **prever a chance de um descendente herdar determinado genótipo ou fenótipo**. Para resolver rapidamente, lembre-se: **eventos simultâneos se multiplicam e eventos alternativos se somam**. A análise começa pela probabilidade dos gametas formados (ex.: Aa → 50% A e 50% a). Com isso, é possível calcular resultados como a chance de nascer recessivo em Aa x Aa = 25%.

GAMETAS Aa	50% A ; 50% a
GAMETAS DE AA	100% A
GAMETAS DE aa	100% a
Aa x Aa	25%

DICA

BIOLOGIA

ESTRUTURA E FUNÇÃO DOS COMPONENTES CITOPLASMÁTICOS



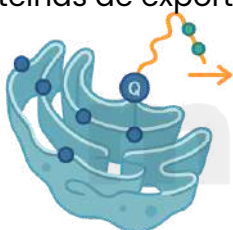
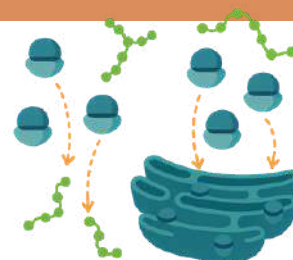
O QUE PRECISAMOS SABER?

O citoplasma abriga diversas organelas **responsáveis por síntese, transporte, energia e digestão celular**. Conhecer a função específica de cada componente é essencial para entender o funcionamento da célula eucariótica.

O citoplasma é a **região localizada entre a membrana plasmática e o núcleo, preenchida pelo citossol**, uma matriz fluida onde ficam imersas todas as organelas celulares. É o ambiente em que **ocorre grande parte das reações metabólicas e processos vitais da célula**.

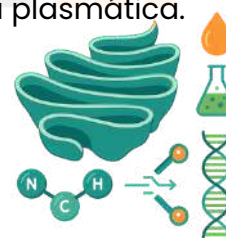
ORGANELAS CITOPLASMÁTICAS

RIBOSSOMOS são estruturas não membranosas responsáveis pela **síntese de proteínas, atuando livres no citoplasma** (proteínas de uso interno) ou **aderidos ao RER** (proteínas de exportação ou membrana).



O **RETÍCULO ENDOPLASMÁTICO RUGOSO (RER)** possui ribossomos aderidos à sua superfície e **é responsável por produzir, modificar e direcionar proteínas de secreção** ou que serão incorporadas à membrana plasmática.

O **RETÍCULO ENDOPLASMÁTICO LISO** não possui ribossomos e atua principalmente na síntese de lipídios e na detoxificação, **sendo muito desenvolvido em células hepáticas**.



MITOCÔNDRIAS realizam **respiração celular, produzindo ATP**. Possuem DNA próprio, o que reforça sua origem endossimbiótica — um ponto muito cobrado em provas.

O **COMPLEXO DE GOLGI** realiza empacotamento, **modificação e secreção de substâncias**, além de formar lisossomos. Atua como estação de processamento celular.



O **CITOESQUELETO** é uma rede de filamentos (actina, microtúbulos e filamentos intermediários) que **garante sustentação, movimentação celular** e transporte intracelular de vesículas.

DICA

PROPRIEDADES PERIÓDICAS

The Periodic Table of the Elements

RAIO ATÔMICO: O ESPAÇO DE CADA ÁTOMO

Imagine uma formação militar: soldados enfileirados. A distância entre os centros de dois soldados vizinhos define o “espaço” que cada um ocupa. Na Química, fazemos algo parecido para **medir o tamanho de um átomo**.

O raio atômico é metade da distância entre os núcleos de dois átomos vizinhos do mesmo elemento.

$$r = \frac{d}{2}$$

UNIDADE: PICÔMETRO (PM) → 1 PM=10¹²M

Onde:
r: raio
d: distância internuclear

Na tabela periódica:

- Cresce de cima para baixo no grupo (mais camadas eletrônicas).
- Cresce da direita para a esquerda no período (menos prótons, menor atração nuclear).
- Frâncio (Fr) e Césio (Cs) disputam o posto de maior raio.

Exemplo resolvido

Quem tem maior raio: Li ou Cs?

- Ambos na mesma família, mas Cs está mais abaixo → **Cs tem maior raio**.

ARMADILHA DE PROVA:

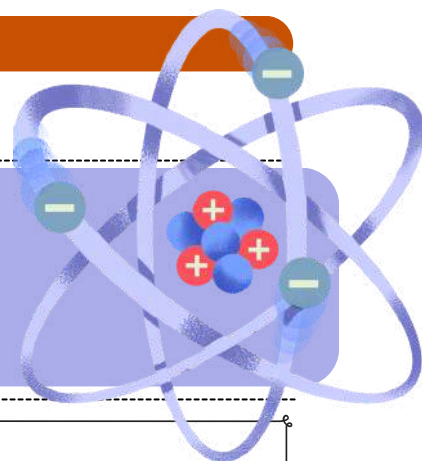
Trocar a **direção** da **tendência** no **período** ou **grupo**.

Dica: mais para baixo e mais para a esquerda → maior raio.

DICA

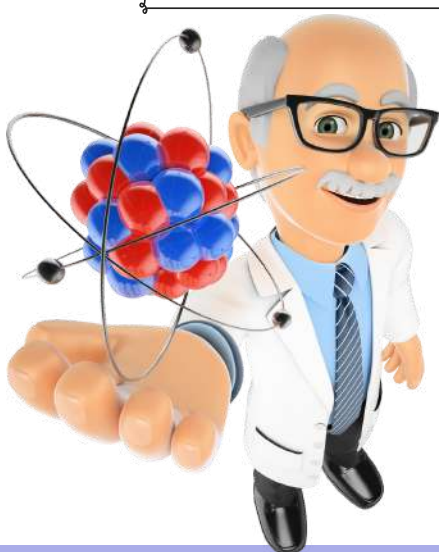
QUÍMICA

MODELOS ATÔMICOS E EVOLUÇÃO DA ATOMÍSTICA



O QUE PRECISAMOS SABER?

A compreensão da estrutura do átomo evoluiu ao longo do tempo com diferentes cientistas propondo modelos cada vez mais precisos.



♦ Modelo de Dalton (1808)

- Átomo = esfera maciça e indivisível.
- Não possuía partículas internas.

♦ Modelo de Thomson (1897)

- Descoberta do elétron.
- Átomo semelhante a um "pudim de passas": carga positiva com elétrons incrustados.

♦ Modelo de Rutherford (1911)

- Experimento da lâmina de ouro.
- Descobriu o núcleo atômico.
- Átomo possui grande espaço vazio.

♦ Modelo de Bohr (1913)

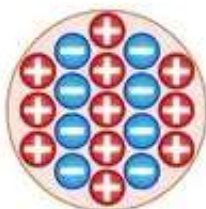
- Elétrons orbitam em camadas de energia definidas.
- Quando mudam de nível energético → emitem ou absorvem energia.

♦ Modelo Atômico de Schrödinger (1926)

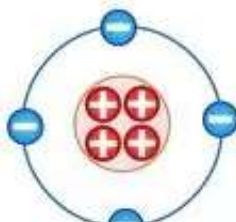
- Desenvolveu a mecânica quântica.
- Propôs que os elétrons são descritos por funções de onda.



1808
John
Dalton



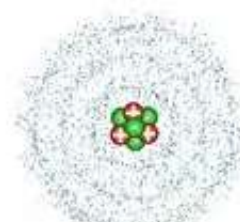
1898
J. J.
Thomson



1911
Ernest
Rutherford



1913
Niels
Bohr



1926
Erwin
Schrödinger

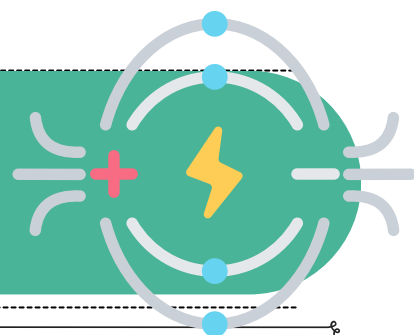
Atenção em provas:

- Átomos são compostos por **prótons, nêutrons e elétrons**.
- **Núcleo atômico** contém **prótons e nêutrons**.
- Elétrons ocupam **órbitas específicas**.
- Energia é **quantizada**.

DICA

FÍSICA

ELETROSTÁTICA: CARGAS, CAMPO ELÉTRICO E LEI DE COULOMB

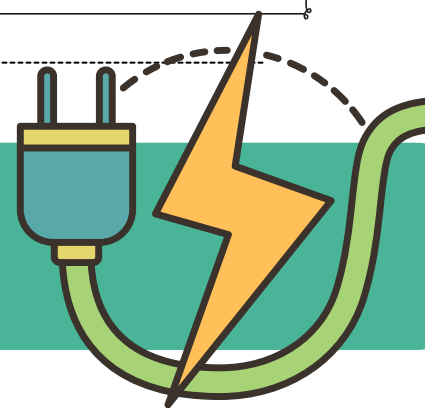


O QUE PRECISAMOS SABER?

A eletrostática **analisa as cargas elétricas em repouso e as forças que elas exercem entre si**. Envolve conceitos como carga elétrica, Lei de Coulomb, definição de campo elétrico e suas representações por linhas de campo.

CARGA ELÉTRICA

A carga elétrica (q) é uma propriedade fundamental da matéria, podendo ser **positiva ou negativa**. Sua unidade é o coulomb (C), e ela é quantizada: $q = n \cdot e$, com $e = 1,6 \times 10^{-19} \text{C}$. Além disso, obedece ao princípio da conservação, ou seja, em um **sistema isolado a carga total permanece constante**.



LEI DE COLUMB

A Lei de Coulomb **descreve a força elétrica entre duas cargas puntiformes em repouso**. Ela afirma que a intensidade da força é **proporcional ao produto das cargas e inversamente proporcional ao quadrado da distância entre elas**: $F = k \cdot (q_1 \cdot q_2) / r^2$ sendo k a constante eletrostática. A força é atrativa se as cargas têm sinais opostos e repulsiva se têm o mesmo sinal.



CAMPO ELÉTRICO

$$\vec{E} = k_0 \cdot \frac{|Q|}{d^2}$$

O campo elétrico (E) representa a influência que uma carga Q exerce no espaço ao redor, atuando sobre uma carga de prova q_0 , tem unidade de N/C ou V/m. As linhas de campo saem das cargas positivas e entram nas negativas, indicando a direção da força elétrica.

ESQUEMA RÁPIDO:

• A Lei de Coulomb descreve a força elétrica entre duas cargas: $F = k \cdot q_1 q_2 / d^2$, medida em newtons (N). O campo elétrico gerado por uma carga é dado por $E = k \cdot Q / d^2$, com unidade N/C. Já a quantização da carga é expressa por $q = n \cdot e$, sendo $e = 1,6 \times 10^{-19} \text{C}$. Esses conceitos resumem a base da eletrostática.

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **PC/PR!**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação**.

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.aí**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2026?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA



Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito**.

→ [Acesse nosso Instagram](#)